

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 06 | JUNHO 2008 | R\$ 13,00



Soja

PREÇOS DE EQUILÍBRIO PARA MATO GROSSO

**Reforma
Tributária**

Conheça a proposta
para o setor

Dendê
Alternativa
para a
Amazônia

Certificação
A grande
tendência

O agronegócio é o seguinte

Desonerar a cadeia do agro

Às vésperas do plantio da safra 2008/09, existe uma preocupação no campo com os elevados custos de produção, causados principalmente pela alta dos preços do petróleo e dos insumos agrícolas. O momento é oportuno para aproveitar as mudanças na tributação com o objetivo de diminuir os custos de produção para o nosso produtor rural e reduzir o custo da cesta básica para o consumidor. Atender a essas duas justificativas representa uma dívida antiga de política pública com toda a sociedade.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/08 altera vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. É o eixo da nova reforma tributária pretendida pelo governo. A principal mudança é a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, por um novo imposto com regra nacional, e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de caráter federal. A guerra fiscal acaba e a legislação específica para o imposto de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal deixa de existir.

As lideranças do agronegócio se movimentam e colocam como prioridade na agenda a questão da redução, e até da isenção, da carga tributária para alguns produtos. As emendas serão propostas pelos deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária. Todo esforço estará no empenho de desonerar e dar mais espaço para o setor na proposta de reforma tributária.

As emendas da Frente Parlamentar da Agropecuária prevêem redução e até isenção de impostos para os insumos utilizados em produto alimentar considerado básico. Uma delas, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), prevê que a lei complementar a ser votada no Senado não poderá estabelecer para um produto alimentar básico alíquota superior a 4%. Em lugar de uma isenção tributária, haveria uma limitação do tributo. É a aplicação do princípio da imunidade tributária junto com a de simplificação e de justiça.

De acordo com o deputado Sandro Mabel, relator da PEC, a lei complementar criará mecanismos para impedir o aumento da carga tributária e igualará as alíquotas para o Brasil inteiro. Por exemplo, a alíquota do óleo die-

sel em São Paulo é de 12%. Mas, em Mato Grosso é 25% e no Ceará é 30%. A proposta é criar uma isonomia em relação a alguns produtos, e não permitir alíquota superior nos biocombustíveis em relação a dos combustíveis.

Para as entidades representativas da cadeia produtiva do agronegócio é fundamental a harmonização das alíquotas. Seja na venda da semente como na compra do produto a alíquota deve ser a mesma. Outro ponto diz respeito aos projetos de investimentos em curso com incentivos fiscais. A regra não pode ser quebrada de forma abrupta, e um prazo de acomodação se fará necessário. Existe ainda a questão dos créditos acumulados com a isenção de ICMS, como no caso da exportação de matérias prevista pela Lei Kandir. Nas exportações, o modelo de tributação deve desonerar o máximo a cadeia produtiva e estimular a agregação de valor dos produtos.

No carro-chefe da produção nacional de grãos, a soja, o quadro é delicado e exige especial atenção, principalmente nas regiões centrais do País. O solo de cerrado, mais pobre em nutrientes, necessita de uma adubação mais intensiva. Além disso, a distância encarece o frete de fertilizantes, cujo preço subiu de forma inusitada. Com o câmbio valorizado, a situação fica mais difícil. Os produtores de Mato Grosso, por exemplo, terão de fazer simulações e colocar na ponta do lápis a tomada de decisão do sistema de produção a ser adotado. O risco é grande.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que se comemora neste mês, **Agroanalysis** traz um caderno especial sobre sustentabilidade. Um conjunto de matérias trata de assuntos importantes sobre a questão ambiental e a responsabilidade social na atividade rural. Em velocidades e enfoques distintos, as certificações chegam às cadeias produtivas do agronegócio. As boas práticas constituem um imperativo para o Brasil fazer a sua inserção e superar as barreiras técnicas de comércio. As tecnologias tropicais ajudam a poupar áreas com maiores produtividades. Uma chance para o Brasil desenvolver selos com base em ativos ambientais e conseguir *funding* para a pesquisa e o desenvolvimento do mundo rural. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images (pág. 4,5,21), Dreamstime (capa)

istockphoto (capa maio/2008)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José
Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),
Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti
(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),

Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro
Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A – Banco de Investimento), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco

S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de
Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal
(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados,
de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio Murray

(Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz

Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de

Investimentos Crédito Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro

Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América

Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),

Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

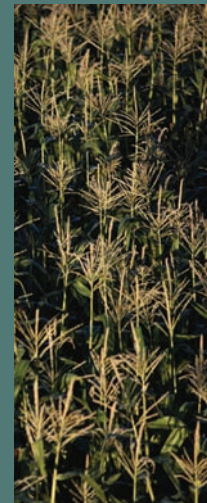
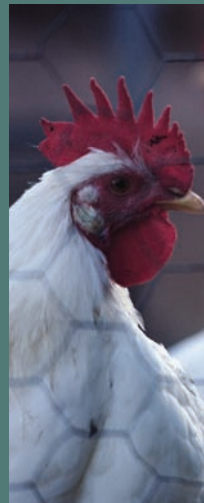
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Ovídio Carlos de Brito

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Safra 2008/09

Especial Soja

13 Caderno soja

Especial Sustentabilidade

21 Rumo à sustentabilidade

Especial Abag

38 Reforma tributária e os impactos no agronegócio

Gestão

47 Ripa

48 Legislação

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Soja



Agenda positiva

Safra 2008/09



Alternativas de crédito

Gestão



Demandas e ofertas tecnológicas

Sustentabilidade



Caderno especial

Ovídio Carlos de Brito
Guaporé Agropecuária

Dendê é opção para a Amazônia

por Bruno Blecher

PRESIDENTE DO Conselho da Guaporé Pecuária, empresa criada por seu pai Ovídio Miranda Brito (falecido em 1983), o empresário Ovídio Carlos de Brito não gosta de dar entrevistas, mas adora conversar sobre genética bovina e as pesquisas desenvolvidas por sua empresa nas áreas de heveicultura e dendê.

“É gratificante ver os resultados dos investimentos em ciência e tecnologia. No caso das seringueiras em Mato Grosso, estamos alcançando uma produtividade superior à da Malásia. O dendê é uma cultura que nos pode ajudar a preservar a Amazônia e ainda propiciar um bom rendimento à agricultura familiar”, diz Ovídio Carlos.

Nesta entrevista a *Agroanalysis*, Ovídio se mostra otimista quanto ao futuro do Brasil, e aposta principalmente no mercado de carbono, como uma das saídas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia a internacionalização dos frigoríficos brasileiros?

OVÍDIO CARLOS Brito É consequência da escala da pecuária brasileira. Nós temos o maior rebanho comercial, a maior área de pastagens, 175 milhões de hectares, e potencial para produzir muito mais do que hoje. Eu acho que o avanço dos frigoríficos nacionais no exterior é proporcional

ao papel e ao tamanho da agropecuária do país. No início de maio, os preços dos EUA estavam 13% acima dos nossos. Hoje, estamos com os mesmos preços, e com esses novos valores que nós temos na pecuária, a agregação tecnológica vai ser muito rápida e a produção nesses 175 milhões de hectares será potencializada.

AGROANALYSIS É o fim da crise da pecuária?

OVÍDIO BRITO Na pecuária, a depressão que houve no setor, principalmente na cria, na produção de bezerro de corte, de reposição, foi muito grave. Houve um esgotamento do rebanho de matrizes. O sistema da pecuária hoje está

“Com esses novos valores que nós temos na pecuária, a agregação tecnológica vai ser muito rápida e a produção nesses 175 milhões de hectares será potencializada”



abalado. A passagem de 2007 para 2008 caracteriza o final da crise, mas o problema hoje é bastante complexo também. Houve uma coincidência com a crise dos grãos. Os preços americanos da pecuária hoje estão apenas 13% aci-

Ovídio Brito O problema da competição entre os biocombustíveis e a produção dos alimentos está nos EUA, que destinaram 30% da produção de milho para a produção de álcool, puxando os preços. Com isso, subiram também as cotações

brasileira. Ele morreu no final de abril. O Brasil deve muito a ele, e deverá muito mais no futuro. Engenheiro agrônomo formado pela Escola de Agronomia da Amazônia em 1960, Vicente chegou a Manaus em 1975, como pesquisador do Ministério da Agricultura. Ele fundou o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira (CNPS) e foi seu chefe-geral até 1979. Dedicou-se à pesquisa com seringueira, concentrando-se no controle do mal-das-folhas. Foi pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental durante 30 anos, até se aposentar em 2005. O Brasil perdeu a hegemonia da borracha e agora começa a recuperar terreno, com base na competência dos seus pesquisadores e no esforço dos empresários. Nós estamos fazendo parte desse processo e estamos muito honrados com isso.

“É um grande equívoco destinar milho para a produção de álcool, mas não há ônus algum para o consumidor em se produzir álcool a partir de cana”

ma dos daqui. Nunca aconteceu isso. O que pode acontecer lá na frente, eu não sei claramente. Mas estamos vivendo um novo momento na pecuária brasileira, disso eu tenho certeza.

AGROANALYSIS Exportar animais vivos é um bom negócio para o País?

Ovídio Brito Eu acho que é ainda marginal, ocorre numa escala muito pequena. Não é um fator determinante no processo, mas acho que deve ser preservada a liberdade do mercado.

AGROANALYSIS Sustentabilidade é a palavra de ordem. Há quem diga, como o ex-ministro Alysson Paolinelli, que o Brasil pode aumentar o tamanho de seus rebanhos e de suas safras, sem derrubar uma única árvore. É possível?

Ovídio Brito Eu acho correta essa visão. Nós temos só de pastagens 175 milhões de hectares, que representam 20,6% da área total do País. É muita coisa. Temos muita pastagem degradada, e boa parte dela pode ser recuperada.

AGROANALYSIS O avanço da cana no Brasil também é motivo de críticas lá fora.

da soja, do óleo de soja e da palma. Foi um verdadeiro efeito dominó. Eu acho um grande equívoco destinar milho para a produção de álcool, mas não há ônus algum para o consumidor em se produzir álcool a partir de cana ou biodiesel com dendê e mamona.

AGROANALYSIS Sua empresa tem investido pesado em seringueiras e no dendê.

Ovídio Brito Inicialmente, os clones de seringueira que introduzimos em Mato Grosso não produziram bem, e resolvemos investir intensamente na pesquisa. Hoje temos uma produtividade muito boa aqui na região, superior a de qualquer outro lugar do Brasil, inclusive do Sudeste Asiático. Atualmente, temos uma produção de borracha por hectare maior que a da Malásia. Estou feliz em ver que o Brasil aos poucos está recuperando a posição de destaque que ocupava na borracha, com base principalmente na pesquisa. O dr. Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, em Manaus, trabalhou incansavelmente, acreditando na possibilidade de se resgatar o papel da heveicultura na economia

AGROANALYSIS Quais são as oportunidades da cultura da seringueira?

Ovídio Brito O Brasil perdeu a hegemonia da borracha e agora começa a recuperar terreno, com base na competência dos seus pesquisadores e no esforço dos empresários. Nós estamos fazendo parte desse processo e estamos muito honrados com isso. A borracha é um produto cada vez mais estratégico para o País. A nossa demanda interna cresce 11% ao ano, e a previsão de consumo para 2020 é de 360 mil toneladas. Além do aspecto econômico, a seringueira apresenta vantagens sociais e ambientais. Cultivo renovável, a seringueira pode proporcionar uma renda atrativa ao agricultor e, portanto, colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar. No aspecto ambiental, a heveicultura também apresenta vantagens. A seringueira pode proteger mananciais, melhorar o solo e contribuir para a preservação da flora e da fauna. As pesquisas mostram que o carbono sequestrado por cultivos de seringueiras é equivalente ao carbono capturado pelas florestas naturais. A seringueira pode ainda recuperar áreas degradadas, oferecendo proteção ao solo contra a erosão.



“Com 10 hectares, uma família que esteja cultivando o dendê tem obtido uma renda mensal líquida de aproximadamente R\$ 2.500”

AGROANALYSIS O dendê pode ser um instrumento importante para o crescimento da renda da agricultura familiar?

Ovídio Brito Com 10 hectares, uma família que esteja cultivando o dendê tem obtido uma renda mensal líquida de aproximadamente R\$ 2.500. A Embrapa considera que no Brasil existem aproximadamente 70 milhões de hectares viáveis para a dendecultura. Sabe-se que o dendê é a cultura que produz maior quantidade de óleo por hectare entre todas as culturas, tendo rendimentos que podem girar em torno de 6 toneladas. Para se ter uma idéia do potencial, a soja

produz em torno de 500 quilos de óleo por hectare.

AGROANALYSIS O senhor também produz gado Brahman, juntamente com o Nelore.

Ovídio Brito Na pecuária, o Brasil é um país de sorte. Temos o Nelore adaptado e produzindo carne para o Brasil e o mundo. E agora temos o Brahman, a raça zebuína mais criada no mundo, que se adaptou tão bem no Brasil, que parece que foi criada aqui. Temos trabalhado em várias frentes, em que a pesquisa de novas tecnologias de produção têm sido nossa

linha mestra. Essa vertente está presente em toda a evolução de nosso gado Nelore mocho, no Brahman, na heveicultura e na dendecultura. Acreditamos que só por meio de novas e eficientes tecnologias de produção podemos gerar desenvolvimento consistente.

AGROANALYSIS O que fazer com a Amazônia? É uma terra intocável ou dá para se explorar?

Ovídio Brito Dá para explorar sim, mas com práticas racionais, sempre preservando o meio ambiente e respeitando as leis que regem a sua manutenção e preservação. Por exemplo, temos os projetos silvipastoris em áreas inviáveis para outras culturas. O dendê, pelo seu aspecto social e ambientalmente sustentável, pode ter um papel muito importante não apenas no Pará, mas em toda a Amazônia.

AGROANALYSIS Pelo Protocolo de Kyoto ficou estabelecido que os países desenvolvidos tornem suas emissões de gases de efeito estufa 5,2% inferiores aos níveis de emissão de 1990 entre 2008 e 2012. O senhor acredita que o reflorestamento no Brasil poderá se beneficiar desse compromisso, por meio do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo?

Ovídio Brito Hoje, um Certificado de Emissão Reduzida (CER) está cotado a 21 euros. Um hectare de seringueira sequestra, apenas com a sua biomassa, 250 toneladas de CO₂ por hectare, o que significa 5.250 euros por hectare de receita adicional apenas considerando a biomassa. Fica claro, então, que o potencial de florestamento e reflorestamento incentivado pelo MDL podem ser um instrumento importante de financiamento da recuperação de áreas degradadas seja com seringueiras ou outras florestas, sejam cultivadas ou não. Já existem sete projetos do tipo aprovados no mundo, mas o Brasil, até agora, não conseguiu aprovar nenhum. É urgente que sejam destravados os impedimentos que estão atrasando as aprovações. A maior dificuldade é a certificação. ■

Macroeconomia

Taxa de juros e crescimento econômico

Rogério Mori*

O RESULTADO do PIB do primeiro trimestre do ano foi comemorado amplamente pela sua dimensão. Um crescimento de 5,8% acumulado nos últimos quatro trimestres terminados nos primeiros três meses de 2008 representou um evento raro na economia brasileira nas últimas décadas.

Mesmo com esse resultado positivo, alguns pontos merecem ser destacados nesse processo, em particular tendo-se como dimensão os principais aspectos ligados à administração da política monetária do Banco Central mais adiante.

A avaliação do resultado do PIB no primeiro trimestre de 2008 indica que o ritmo do crescimento econômico apresentou desaceleração nos primeiros três meses do ano. Dessa forma, o crescimento dessazonalizado do PIB no terceiro trimestre do ano passado foi de 1,8% e caiu para 1,6% nos três meses subsequentes. No primeiro trimestre de 2007, o crescimento sazonalmente ajustado do PIB foi de apenas 0,7%, o que representa um crescimento anualizado de menos de 3%. Esse é um fato revelador e preocupante: o ritmo de crescimento da economia brasileira já registrava uma forte desaceleração antes do início do processo de alta de juros, uma vez que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central iniciou o processo de elevações da taxa de juros a partir de abril de 2008.

A avaliação pormenorizada do resultado também revela alguns pontos que merecem destaque. A análise pela ótica da produção indica que o produto da agropecuária registrou queda sazonalmente ajustada de 3,5% em relação ao último trimestre de 2007 e o setor de serviços registrou uma

desaceleração e cresceu apenas 1,0% na mesma comparação. Sob essa ótica, verificou-se crescimento dessazonalizado de 1,6% no produto da indústria nos primeiros três meses do ano em relação ao final do ano passado. Assim, o resultado do PIB no primeiro trimestre do ano só não foi pior em função do desempenho da Indústria no período. Sob essa perspectiva, o quadro de desaceleração econômica pode se aprofundar mais adiante em face da perspectiva do aumento da taxa de juros nos próximos meses.

A avaliação da dinâmica do resultado sob a ótica da demanda também aponta as-

Decisões do Comitê de Política Monetária

Reunião	Data	Decisão (meta Selic - %aa)
132a	23/1/2008	11,25
133a	5/3/2008	11,25
134a	16/4/2008	11,75
135a	4/6/2008	12,25

Fonte: BCB

pectos preocupantes. Sob essa perspectiva, o Índice de Consumo das Famílias registrou crescimento sazonalmente ajustado no primeiro trimestre de 2008 de apenas 0,3% e o crescimento dessazonalizado da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa a componente de investimentos produtivos da economia brasileira, caiu de 3,3% no último trimestre do ano passado para 1,3% nos primeiros três meses do ano. Chama a atenção nessa análise o crescimento de 4,5% dos gastos do governo nessa mesma comparação.

Outro ponto que merece destaque no resultado do PIB sob a ótica da demanda

veio do lado do setor externo. As exportações dessazonalizadas registraram um colapso de 5,7%, suscitando uma menor contribuição do setor externo ao crescimento do produto brasileiro. O fenômeno está associado à apreciação da moeda brasileira diante das demais ao longo dos últimos anos.

Da perspectiva da política monetária, o resultado do PIB do primeiro trimestre impõe um conjunto de questões e desafios. Está claro que o resultado da inflação ao longo dos últimos meses tem uma origem associada, em boa parte, à alta dos preços dos alimentos e não reflete puramente uma pressão da demanda sobre os preços domésticos. Assim sendo, a dinâmica da inflação recente reflete uma recomodação de preços relativos e o Banco Central deve atuar no sentido de combater os efeitos de segunda ordem oriundos do processo. Portanto, é recomendável que o Banco Central seja cuidadoso ao longo do processo de aperto da política monetária, uma vez que essa recomodação de preços gera uma inflação que tende a se dissipar no médio prazo, e uma alta excessiva dos juros pode implicar uma recessão eventualmente desnecessária. Adicionalmente, a atenção deve ser redobrada em função da dinâmica imposta sobre a taxa de câmbio. Uma elevação do diferencial entre a taxa doméstica e a praticada internacionalmente tende a aumentar a atratividade de dólares para o País, gerando potencialmente novos movimentos de apreciação da taxa de câmbio e agravando a situação das contas externas mais adiante. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Carne para os EUA e o Japão

Em sua estréia como presidente da Abiec, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, o economista Roberto Giannetti da Fonseca anunciou uma meta ambiciosa. “Um dos grandes planos da Abiec será abrir os mercados japonês e norte-americano para a carne brasileira”.

Hoje, o Brasil só pode exportar carne industrializada para esses destinos, por causa da febre aftosa. Pela previsão da Abiec, o Brasil deverá embarcar para o exterior este ano cerca de 2 milhões de toneladas de carne bovina, 500 mil a menos que no ano passado. Mas a receita será 10% maior, devendo saltar de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 5 bilhões, o que significa maior valor agregado.



Peso da logística

Em Sorriso, em Mato Grosso, o gasto para transportar a soja até o Porto de Paranaguá (PR) representa 52,1% do valor da saca. Em Rondonópolis, o percentual gasto com logística cai para 29,6% do valor da soja, enquanto em Cascavel (PR) é de 20,6%. Os cálculos são de Luiz Antônio Fayet, consultor de logística e infraestrutura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Mais sêmen

Com o preço da arroba do boi em alta, as empresas de inseminação artificial esperam vender 20% a mais que em 2007. Pelos cálculos da Asbia, as vendas este ano podem alcançar 9 milhões de doses, contra 7,5 milhões no ano passado.

Recorde de potência

Com o pé no acelerador, o mercado de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) revisou para cima sua previsão de vendas para este ano, inicialmente estimada em 44 mil unidades. Agora, a previsão da indústria é chegar a 53,1 mil máquinas até o final do ano, mais que o dobro do que vendeu em 2006.

Há 20 anos que o setor não vendia tanta máquina. Em 1986, segundo dados da Anfavea, foram comercializadas no mercado interno 62,7 mil unidades. Mas, se considerada a potência média das máquinas, que cresceu muito de lá para cá, 2008 representa um recorde para o setor.

Em junho, a Case New Holland anunciou a reativação da fábrica da Case em Sorocaba, no interior paulista.

BISCOITO SAUDÁVEL

Pesquisadores do Ital estão em busca de um biscoito saudável. “O foco da pesquisa é conciliar tecnologia e qualidade, utilizando ingredientes funcionais, que tragam benefícios à saúde. Rico em carboidrato e gordura, o biscoito é considerado um dos vilões das dietas.

“Temos trabalhado em formulações para que haja um enriquecimento protéico, com redução de gorduras e açúcares”, afirma a pesquisadora Cristiane Gomes Ruffi, do Ital. Entre os ingredientes pesquisados estão a fibra de laranja, a proteína de soja e o óleo de palma, isento de gordura trans.

GENTE NOVA

O governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, publicou o edital de convocação dos aprovados no concurso para os cargos nas áreas de assistência técnica e quadros de apoio. No total, são 275 novos profissionais que atuarão nas diversas regiões do estado.

LONGE DE CASA

“Você pega uns garotos novos, que vêm do Sul e do Sudeste do Brasil, dá uma roupa de policial e uma metralhadora e eles chegam aqui achando que vêm salvar o mundo. Batem foto e mostram para a mãe lá no Sul: Estou salvando a Amazônia.”

Blairo Maggi, governador de Mato Grosso, em entrevista a Folha de S.Paulo de 26/05/2008.



INVESTMENT GRADE

“Também no mercado de capitais o Brasil não é mais uma província; é uma potência.”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em que foi homenageado pela BM&Fbovespa, a terceira maior bolsa do planeta em valor de mercado, no dia 16 de junho de 2008.

A marca do couro

As exportações brasileiras de couros atingiram US\$ 897,83 milhões nos cinco primeiros meses deste ano, com queda de 4% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), com base no balanço da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Se mantida a média mensal até agora registrada, as vendas externas de couros em 2008 deverão somar US\$ 2,15 bilhões. Já as importações no mesmo período somaram US\$ 70 milhões (acréscimo de 12,7% em relação a 2007), resultando em um saldo comercial de US\$ 827,8 milhões no acumulado deste ano.

Em relação aos couros bovinos, os embarques alcançaram US\$ 887,47 milhões, com diminuição de 4,6% ante o período anterior e 11,4 milhões de unidades exportadas, volume 24,8% menor que o acumulado passado.

FEIJÃO NO PRATO

Considerado um produto pouco prático para a vida agitada das grandes cidades, o feijão aos poucos vai perdendo espaço no cardápio dos brasileiros. De 18,5 quilos por habitante/ano em 1975, o consumo *per capita* caiu para aproximadamente 16,3 kg/hab/ano em 2004 (-11,9%). “A cadeia produtiva do feijão precisa encontrar rapidamente novas oportunidades de mercado para o produto. No mercado interno, deveríamos reforçar, por meio de campanhas, o seu valor alimentar, para recuperar o consumo”, diz Alcido Elenor Wander, da Embrapa Arroz e Feijão.



CONTRA-CORRENTE

Essa história de inflação dos preços dos alimentos não passa de falácia, segundo o ex-ministro Rubens Ricupero. Citando um artigo de José Antônio Ocampo e Maria Angela Parra, Ricupero explica que os preços agrícolas ainda não se recuperaram plenamente do colapso dos anos 80.

A maioria dos produtos tropicais, como cacau, café, algodão e açúcar, está abaixo de sua cotação histórica média.

Milho nordestino



A população do Nordeste é a maior consumidora de milho do país, segundo mostra levantamento do IBGE. Enquanto a média nacional é de aproximadamente 7,7 kg por pessoa por ano em todo o País, no Nordeste o consumo gira em torno de 11 kg por pessoa por ano.

COMPLEXO CARNE

US\$ 5,6 bilhões

foi o resultado das exportações brasileiras de janeiro a maio deste ano, o que representa um aumento de

30,8%

em relação ao ano passado

Safrá 2008/09

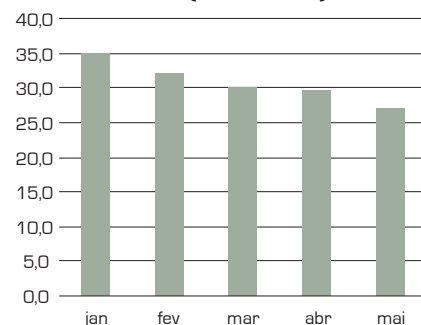
Alternativas de crédito

PROXIMAS DA safra 2008/09, as exigibilidades bancárias, a parcela de 25% sobre os depósitos à vista que os bancos são obrigados a aplicar no setor rural estão em queda. A rubrica é a principal fonte de recursos para o crédito rural. Do total de operações do crédito rural projetados para o Plano de Safra 2007/08, de R\$ 58 bilhões, quase a metade (R\$ 28,4 bilhões) tem como fonte as exigibilidades.

Essa tendência cresceu após o fim da CPMF, em janeiro último, quando os clientes de bancos deixaram de pagar 0,38% sobre suas movimentações financeiras. Desde então, a opção é por aplicar os recursos em fundos ou renda fixa,

em vez de deixá-los sem remuneração na conta corrente. O governo estima uma redução de R\$ 8 bilhões, de janeiro a maio,

Brasil: exigibilidade no crédito rural em 2008 (R\$ bilhões)



Fonte: MAPA

no total dos depósitos à vista nos bancos. É a quebra de uma trajetória de elevação que vinha desde 2003.

Além dessa preocupação entre os formuladores da política agrícola, existem outros pontos para serem observados. A nova rolagem das dívidas rurais, recentemente anunciada pelo governo, e ainda em fase de renegociação com o setor, causará uma redução de R\$ 2 bilhões na oferta de recursos obrigatórios.

A disponibilidade de crédito será o calcanhar de Aquiles para a próxima safra. Os custos de produção incharam no campo e será necessário ampliar os limites de crédito individual dos produtores. Haverá maior competição por recursos. O orçamento para o plantio normalmente é suprido pelo crédito rural, os recursos próprios dos produtores e as agroindústria. A capacidade de autofinanciamento do setor melhora, mas ainda é baixa. Já as incertezas e volatilidades dos preços das *commodities* agrícolas fazem com as empresas joguem de forma mais defensiva para travar os preços futuros nas operações casadas com fornecimento de insumos. ■

Crédito: situação de mutuários melhora

Os especialistas dos agentes financeiros acompanham de perto as oscilações dos mercados e os ciclos de angústia e alívio do agricultor brasileiro. "O último ciclo foi marcado por um momento bastante positivo do ponto de vista de formação de receita. Os produtores obtiveram melhores resultados devido à elevação dos preços da maioria das *commodities*. Isso permitiu àqueles que não tinham comercializado antecipadamente obter uma receita um pouco melhor do que nos anos anteriores", explica Walmir Segatto, superintendente comercial de Agronegócios do Banco Santander.

Os mesmos sinais de recuperação da

renda do agricultor têm sido sentidos no Banco do Brasil. "Depois da crise de 2004 a 2006, nós percebemos que, pouco a pouco, os produtores estão recuperando sua renda, resgatando suas dívidas e voltando à dinâmica normal de suas atividades", explica José Carlos Vaz, diretor de Agronegócios do BB. "A pecuária já melhorou bastante este ano e a compra de máquinas já está retornando a níveis históricos, e nós já temos a percepção de que, para a safra 2008/09, vai haver uma grande demanda por crédito de custeio."

Segundo José Carlos Vaz, o Banco do Brasil tem 1,7 milhão de agricultores familiares clientes, dos quais 700 mil estão com suas dívidas prorrogadas. Entre os cerca de 270 mil produtores

médios e grandes, 50% têm prorrogação de dívidas. "Isso que dizer que entre metade e dois terços de nossa carteira de clientes ultrapassou a crise sem precisar fazer prorrogações, e a outra parte está começando a resgatar seus compromissos", detalha Vaz.

Na opinião Ademiro Vian, assessor sênior da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a renda do agricultor tem melhorado, porém em muito menor proporção do que a valorização das *commodities*. "O aumento nos preços das *commodities* foi agregado ao lucro dos intermediários, mas chegou ao agricultor num percentual que, embora nós não tenhamos mensurado, achamos que foi muito reduzido", afirma Vian.

CADERNO SOJA



Custo de produção da soja na safra 2008/09 (R\$/ha, US\$=R\$ 1,69)

	Campo Novo	Sorriso	Rondonópolis	Primavera
1. Custos Variáveis				
Sementes	86,94	72,67	83,25	96,3
Fertilizantes	897,38	775,14	648,13	763,38
Defensivos	218,67	196,63	259,44	169,71
Máquinas	133,81	125,22	194,37	146,99
Mão-de-obra	16,12	32,5	26,16	39,19
Transporte	48,8	37,31	36,5	29,82
Armazenamento	66,87	69,29	64,00	66,10
Impostos	38,2	45,24	46,72	45,46
Assistência técnica	23,74	21,00	11,8	21,68
Seguro	4,91	6,66	7,21	5,56
Capital de giro	113,44	80,78	107,29	93,18
Sub-total (R\$)	1.648,88	1.462,44	1.484,87	1.477,37
Sub-total (US\$)	975,67	865,34	878,62	874,18
2. Custos Fixos				
Depreciação	58,28	91,56	95,23	75,33
Terra	132,73	146,77	170,18	138,01
Sub-total (R\$)	191,01	238,33	265,41	213,34
3. Custo Total				
Sub-total (R\$)	1.839,89	1.700,75	1.750,28	1.690,71
Sub-total (US\$)	1.088,69	1.006,36	1.035,67	1.000,42
Produtividade - sc/ha	50	50	50	50
Custo variável por sc (R\$)*	32,97	29,25	29,70	29,54
Custo variável por sc (US\$)*	19,51	17,30	17,57	17,48
Receita por sc (R\$)	30,75	30,70	33,80	32,78
Receita por sc (US\$)	18,20	18,20	20,00	19,40
Resultado por sc (R\$)	-2,22	1,45	4,10	3,24
Resultado por sc (US\$)	-1,31	0,86	2,43	1,92

* Preço de equilíbrio, sem depreciação. Fonte: Imea/Aprosoja; março de 2008

Preço de equilíbrio da soja

LEVANTAMENTO DO Imea/Aprosoja (Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola/Associação dos Produtores de Soja) sobre o custo de produção da soja em importantes municípios produtores de Mato Grosso revelam dados preocupantes. Para um preço de US\$ 18 a US\$ 20 a saca – quase 70% acima da média histórica – o resultado fica bem apertado. Em alguns casos chega a cair no vermelho. Isso tudo sem levar em conta os custos fixos.

Para a safra 2008/09, o custo médio do fertilizante por hectare de soja no estado de Mato Grosso já está em R\$ 630, contra R\$ 363 na safra 2007/08. Uma arrancada inédita. No cerrado, a necessidade de aplicação de adubo muitas vezes triplica.

Na safra atual, nos municípios de Campo Novo, Sorriso, Rondonópolis e Primavera o custo variável por saca está entre R\$ 29,25 e R\$ 32,97. Esses são os preços

de equilíbrio para o agricultor não ter prejuízo. São números bem elevados.

Diante dessa conjuntura de incertezas na agricultura, a Aprosoja/MT busca sensibilizar as autoridades do governo e do Congresso Nacional para a situação dos produtores, que é grave e precisa de atenção especial.

O Brasil poderá perder a chance de atender a uma boa parte da demanda mundial por alimentos. Mato Grosso, maior produtor de soja no país, com 28%, está com o plantio da safra 2008/09 emperrado, por conta do alto custo de

da soja) e o de volta (compra de adubo) encarecem em mais de US\$ 350 o custo por hectare de área plantada. Para o diretor executivo da Aprosoja/MT, Marcelo Duarte Monteiro “com as altas incessantes nos preços dos fertilizantes, o custo isolado do frete passou a ser secundário na safra 2008/09”.

A médio prazo, o setor produtivo ainda espera por medidas estruturantes, como as melhorias das condições de portos e de estradas para minimizar o custo do frete e permitir uma redução na parcela do custo final do fertilizante.

No momento, a Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja/MT) está mergulhada na busca de uma saída para o agronegócio estadual. A pergunta é como desenvolver uma política para superar a pressão ambiental e fundi-

Mudança de cenário

No triênio 2002, 2003 e 2004, o preço da saca da soja era muito bom. Na busca de lucro muitos produtores foram atraídos a investir na aquisição de insumos e na compra de terra e máquinas. Essa conjuntura positiva sofreu rápida reversão em 2005, com a virada para baixo nas cotações na Bolsa de Chicago (CBOT).

Por sua vez, com a valorização do real ante o dólar, a rentabilidade do produtor ficou ainda mais comprometida. Nas safras 2006/07 e 2007/08, o custo de produção acomodou-se, apesar de ser insuficiente para quitar os compromissos assumidos anteriormente. Para a safra 2008/09, puxado pelos fertilizantes, o custo de produção inflou-se e, além disso, o câmbio segue valorizado.

produção. “O maior desafio da agricultura para os próximos anos será o acesso aos fertilizantes. Teremos que conviver com o adubo caro nos próximos anos”, afirma o sócio-diretor da Agroconsult, André Pessoa.

“Com o custo de produção proibitivo em Mato Grosso, o sojicultor deve racionalizar o uso de fertilizantes, mesmo se a produtividade estiver baixa. Essa é uma alternativa para obter rentabilidade maior”, alerta o presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira da Silva. De fato, em algumas regiões a rentabilidade está no vermelho ou a margem é muito apertada.

Entre as soluções emergenciais, de curto prazo, para amenizar o alto custo dos fertilizantes para a produção de soja de MT, está a subvenção do governo federal para a sua importação.

MT acumula dois problemas graves no transporte. O frete de ida (escoamento

Agenda positiva

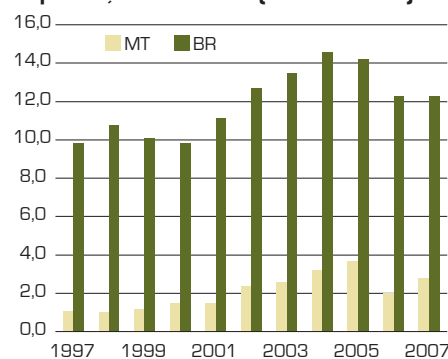
A NCORADO NA madeira, soja, no gado e em terras valorizadas dado o seu potencial agrícola, MT é um território de atração de investimentos. Possui as mais altas produtividades do mundo em diversas atividades. É o maior produtor nacional de algodão, soja, detém o maior rebanho bovino e chega neste ano a recordes na produção de milho.

Mato Grosso: avanço da agricultura

Item	1997/98	2007/08
Produção de grãos (milhões de t)	4,0	27,0
Pecuária (milhões de cabeças)	9,0	26,0

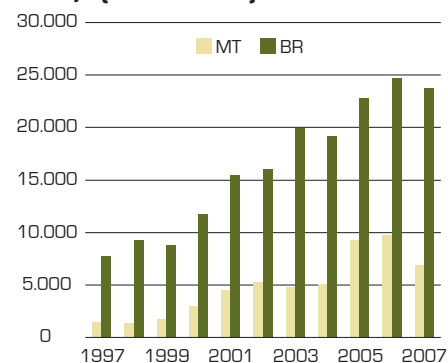
Fonte: IBGE

Exportação de farelo (milhões de t)



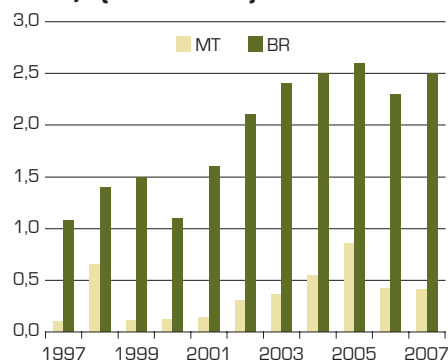
Fonte: MDIC

Exportação de grão de soja (milhões de t)



Fonte: MDIC

Exportação de óleo de soja (milhões de t)



Fonte: MDIC

ária, a falta de logística e os pequenos de avanços na área de biotecnologia?

O complexo soja (grão farelo e óleo), líder nas exportações do agronegócio brasileiro, deverá arrecadar divisas acima de US\$ 17 bilhões, segundo a Associação Brasileira de óleos vegetais (Abiove). Para chegar a esse número vultoso e importante para desenvolvimento do País, o desempenho da lavoura em MT é fundamental. O Brasil nunca galgaria a posição que tem na soja sem contar com a expansão da sojicultura matogrossense.

Mas os produtores estão conscientes e entendem ser necessário resolver essas questões cruciais para MT cumprir seu de destino grande celeiro. Às vésperas do plantio da safra 2008/09, uma nuvem cinza paira sobre o campo do Centro-Oeste.

Ao tratar das questões relativas ao desenvolvimento da agropecuária de MT, **Agroanalysis** chama a atenção dos tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada para as aplicações das ações:

1. Emergenciais

- Isentar os insumos agrícolas do pagamento de impostos de 25% sobre o valor do frete marítimo;
- Reduzir a alíquota de ICMS nas operações interestaduais;
- Explorar à plena capacidade jazidas de fertilizantes existentes no País;
- Resgatar o Pepró Soja com novo preço de referência;
- Otimizar o uso de insumos.

2. Estruturantes

- Investimentos em logística;
- Subsídio ao frete de fertilizantes;
- Exploração de novas jazidas;
- Desenvolvimento de variedades

Risco com preço recorde

EMBORA COM preços mais altos, o produtor de soja enfrenta riscos na safra 2008/09. Os custos variáveis de

produção elevaram-se em 40% e a taxa de câmbio está 15% mais desvalorizada.

Por sua vez, o cenário dos preços futuros não mostra a força do segundo semestre de 2007. Naquele período, a diferença entre os valores dos contratos no mercado físico e os de novembro na Bolsa de Chicago (CBOT) foram positivos. Era

um indicador firme de preços futuros em alta, forçados pela redução da área plantada com soja nos EUA.

De qualquer forma, tanto os estoques de soja como de milho estão em baixa nos Estados Unidos e no resto do mundo. Essa é a constatação mais evidente de um quadro de alta nos preços dessas duas commodities no mercado internacional.

Em Mato Grosso, a situação é dramática. Os produtores precisarão calcular na ponta do lápis a tecnologia a ser empregada na soja.

No ano passado, com as fortes oscilações no preço da soja na CBOT, as *tradings* tiveram um sério problema com a necessidade de envio de grandes quantias de capital para ajuste de preço na bolsa americana. A quantia chegou perto de US\$ 6,3 bilhões.

Com isso, as *tradings* estão cautelosas na fixação de contratos de compra antecipada da safra 2008/09. As especulações de não-cumprimento da entrega da soja pelos produtores prejudicam as negociações. Até o início deste mês, apenas 15% da produção estavam negociados, ante 35% do mesmo período de 2007.

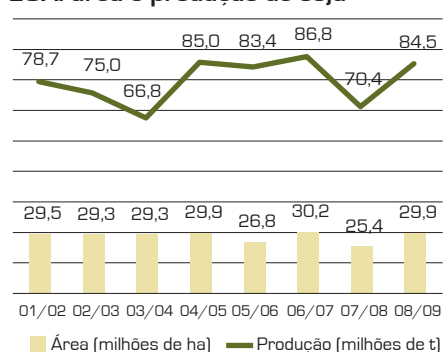
Uma situação crítica diante do levantamento do Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola (Imea): na safra 2007/08, as fontes privadas de financiamento (as *tradings* e as instituições financeiras não-oficiais) supriram mais de 80% dos empréstimos captados pelos sojicultores.

Gargalos na infra-estrutura

A DISTÂNCIA de Mato Grosso aos centros consumidores e os portos de exportação encarece os custos para o produtor e tira a competitividade dos produtos regionais em outros mercados.

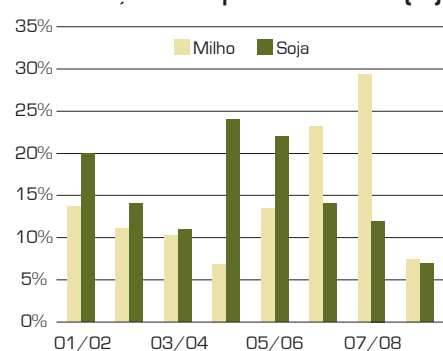
Com os elevados índices de crescimento nas últimas safras, as rodovias não cumprem o seu papel de promover a integração amazônica e assegurar uma

EUA: área e produção de soja



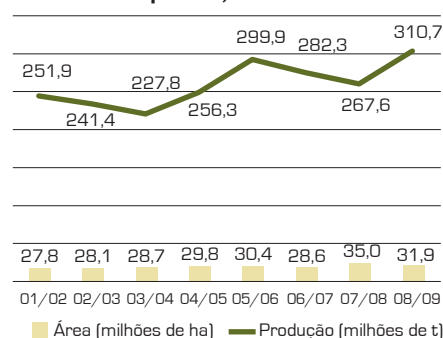
Fonte: USDA

EUA: relação estoque vs consumo (%)



Fonte: USDA

EUA: área e produção de milho



Fonte: USDA

ligação eficiente com os grandes centros consumidores.

É preciso programar um plano arrojado de logística, que contemple os modais ferroviária-hidrovia-rodovia.

De acordo com estudos do Imea, o custo médio do frete em Mato Grosso gira em torno de US\$ 110 por tonelada de soja transportada até aos portos exportadores (Santos-SP ou Paranaguá-PR).

Esse valor sofre variação de acordo com a região. Em Sorriso, a 420 quilômetros ao norte de Cuiabá, os custos chegam a US\$ 120. No caso de Sinop, a US\$ 130 a tonelada. Para colocar uma tonelada de soja no porto, o custo é de US\$ 388. Mais de 25% da renda do produtor vão para pagar o frete.

Uma análise comparativa entre os custos nos estados do Paraná e de MT para levar a soja até o Porto de Paranaguá mostra o grau da grande desvantagem

da Região Centro-Oeste. O custo do frete para carregar uma tonelada no Paraná é de US\$ 39, quase um quarto do de MT.

Assim, com custos elevados, Mato Grosso perde competitividade e renda. Prioritariamente, as alternativas para a infra-estrutura do transporte consistem:

- Na conclusão da Ferrovia Senador Vicente Vuolo, que se encontra parada em Alto Araguaia, que também é vista como uma grande alternativa para o escoamento da safra quando o ramal chegar à região amazônica, passando pelo norte mato-grossense.
- Retomada e conclusão do asfalto da BR-163 até Santarém (PA), para escoar a produção via Porto de Santarém ou de Itaituba, também no Pará, com saída para o Atlântico.
- Construção da ferrovia Leste-Oeste;
- Duplicação da BR-364 e implantação da BR-258;

A médio prazo será fundamental a execução dos projetos de implantação da:

- Ferrovia Oeste-Leste, saindo de Ilhéus, na Bahia, até Vilhena (RO), passando por Lucas do Rio Verde, na região do Médio Norte, e Água Boa, no Baixo Araguaia.
- Hidrovia Paraguai – Paraná, bem como o funcionamento da Hidrovia Araguaia – Tocantins, que ligará a região produtora de Água Boa até o Porto de Belém, no Paraná, e, de lá, até o Atlântico.

A meta é conseguir uma economia de até 50% nos custos do frete num trajeto entre Sorriso e os portos de exportação (Santos, Paranaguá ou Itaituba).

Com a proposta de resolver 80% do endividamento rural, após dez meses de negociações, o governo assinou a Medida Provisória (MP) nº 432. Para aderir à proposta, os produtores têm prazo até 30 de setembro.

Em 56 artigos, a MP estabelece medidas como a redução das taxas de juros, prazo maior para pagamento das dívidas e concessão de descontos. Além da regulamentação por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), o pacote inclui portarias conjuntas dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e portarias para equalização dos gastos adicionais. A medida deve abranger 2,8 milhões de contratos, num total de R\$ 75 bilhões.

O pacote é um passo para criar melhores condições para o setor quitar seus débitos, mas algumas questões terão de ser adaptadas. É o caso das dívidas transferidas para a União e registradas no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não-Quitados do Setor Público Federal), sem poder de negociação, pois não pode tirar os juros.

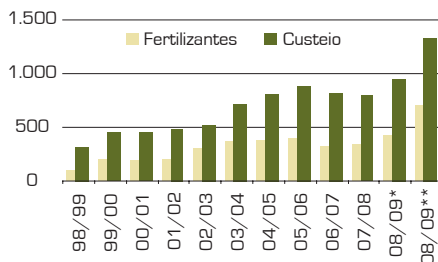
Uma das emendas propostas pela Aprosoja/MT, junto com outras entidades do setor, já entregue aos parlamentares da bancada ruralista no Congresso, é para:

- Não limitar o número de contratos renegociáveis em 30%;
- Reduzir para 15% a parte da parcela a ser paga este ano.

O presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira, pondera que 15% são o máximo que alguns produtores mato-grossenses poderão pagar. “Se a obrigatoriedade do pagamento dos 40% permanecer, nem mesmo os 30% dos contratos serão renegociados porque os produtores do estado estão em situação difícil, sem capacidade de pagamento”.

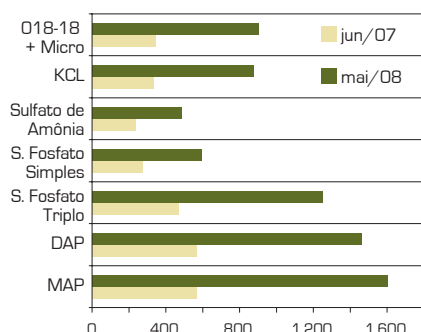
Glauber reitera a posição da associação sobre as restrições que o produtor mato-grossense sofre para conseguir plantar a safra 2008/09 pelo aumento dos custos de produção. “Temos apenas cerca de 4 sacas de rentabilidade alcançada por hectare na safra 2007/08. O valor não cobre as depreciações de máquinas e do preço da terra, os investimentos para a nova safra, a renda para sobreviver e o

Primavera do Leste/MT: pressão dos fertilizantes sobre o custo de produção da soja (R\$/ha)



Fonte: Conab. *jan/08 **abr/08

Evolução dos Preços de Fertilizantes Base: Paranaguá (US\$/t)



Fonte: AgRural/Cerrado

Renegociação das dívidas

OS PRODUTORES precisam aumentar a produção, mas a dura realidade de endividamento limita mais os investimentos e, até, a sua continuidade na atividade.

Dívida em MT

Dos produtores estaduais em débito, somente 30% terão acesso aos benefícios concedidos pela medida provisória, como prazos mais longos, taxas de juros menores e bônus por adimplência. Ainda assim, a situação é difícil, pois não há capital para cumprir a exigência de pagar 40% do valor das parcelas, com vencimento em 2008. O saldo devedor no estado chega a R\$ 10 bilhões, entre Pesa, Securitização, custeio e investimentos. O alongamento do prazo de pagamento, o bônus de adimplência e a redução das taxas de juros das dívidas de empréstimos de custeio, investimentos e FAT Giro/Rural estão limitados a 30% dos contratos, com análise caso a caso a ser feita pelos bancos.

“Os demais 70% só terão juros menores”, afirma o diretor administrativo da Aprosoja/MT, Ricardo Tomczyk, ao explicar que a repactuação dos investimentos está condicionada ao pagamento de 40% da parcela que vence em 2008. Os 60% restantes serão incluídos na renegociação. Para as modalidades de crédito

to FAT Giro/Rural e custeio, a parcela deste ano será incluída no bolo total a ser renegociado.

A proposta do governo para Mato Grosso é o alongamento dos prazos por mais cinco anos para os produtores que efetuarem o pagamento das dívidas vencidas este ano em dia, sendo que os demais estados terão um prazo adicional de três anos.

As dívidas adquiridas nas décadas de 80 e 90, que não são tão elevadas para os produtores mato-grossenses, foram as priorizadas pelo governo. As operações contraídas a partir de 2004, as mais pesadas, não entraram no pacote de medidas.

A dívida da agricultura de MT está concentrada nas operações de investimento, enquanto noutros estados no custeio. Seus produtores investiram R\$ 5 bilhões em tecnologia e maquinário para viabilizar a sua agricultura, com recursos tomados de empréstimos nos agentes financeiros e fornecedores privados.

Endividamento no crédito rural

Operação	Contratos	Saldo devedor (R\$ bilhões)
Anos 80 e 90	187	27,3
Até 30/06/2006	215	10,5
Investimento e comercialização	349	17,4
Fundos constitucionais	317	12,0
Dívida Ativa da União	31	7,1
Agricultura familiar	-	13,2
Total	1.099	87,5

Fonte: CapaDR

pagamento das dívidas”.

No total, a MP recebeu 550 emendas. As sugestões serão analisadas e a intenção da bancada ruralista é acelerar a apresentação do relatório. Conforme o presidente

da Comissão Nacional do Endividamento da CNA, deputado Homero Pereira, a expectativa é que a MP seja votada até o dia 12 de julho, prazo máximo para que não tranque a pauta.

Licenciamento ambiental

ATÉ O ANO de 2010, todas as propriedades rurais de Mato Grosso terão licenciamento ambiental, com suas áreas de preservação permanente (APP) livres de qualquer plantio e áreas de reserva legal. A iniciativa faz parte de um Pacto Ambiental assinado em 24 de agosto de 2007 entre o governo de MT e a Aprosoja/MT.

Diagnósticos realizados pela Aprosoja/MT

- 1º Levantar a percepção dos produtores rurais sobre o sistema e o modelo de licenciamento ambiental adotado atualmente no estado;
- 2º Identificar os entraves legais existentes nas esferas estadual e federal, principalmente em relação à Medida Provisória 2166, que redefiniu os percentuais de reserva legal nas propriedades rurais;
- 3º Mapear 100% das áreas de soja em MT e cruzamento dessas informações com dados sobre biomas, vegetação, áreas remanescentes e APPs.
- 4º Avaliar os processos de licenciamento ambiental em órgãos como Sema, Ibama, Incra, Funai e Intermat.

É a primeira vez que um segmento do setor produtivo se compromete com a adoção de atividades econômicas sustentáveis, com o apoio de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Os sojicultores têm interesse em adotar práticas ambientalmente equilibradas e também em ver seus produtos certificados. É uma questão de preocupação com o futuro, com a sustentabilidade do negócio e também de mercado.

No total, 12 ações foram definidas. A maioria delas tem prazo final até 2010. A

Aprosoja/MT tem alguns compromissos importantes, como:

- Destinar corretamente pelo menos 95% do total de embalagens de agrotóxicos usadas no estado;
- Criar um programa de educação ambiental a ser implantado com os produtores de soja de Mato Grosso.

Da parte do governo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) assumiu a meta de unificar a base cartográfica do estado e a manutenção atualizada das imagens de mapeamento ambiental das propriedades.

Mesa redonda da soja

OS VICE-PRESIDENTES da Aprosoja/MT, Ricardo Arioli da Silva (Oeste), e Marcos da Rosa (Leste), participaram do Comitê Executivo da Assembléia Geral e da 3ª Conferência da Round Table on Responsible Soy (RTRS). As reuniões ocorreram de 22 a 26 de abril em Buenos Aires, na Argentina. Na pauta, a busca por critérios de sustentabilidade aceitos internacionalmente para a produção de soja.

Para Arioli, a participação da Aprosoja/MT na RTRS é fundamental para corrigir as informações equivocadas sobre a produção de soja no estado e no País e, ao mesmo tempo, apresentar os pontos de vista da entidade sobre a atividade.

“Hoje, temos com uma posição bem mais fortalecida nas discussões, além de termos conquistado o respeito dos nossos clientes europeus. Nossos dados e argumentações a respeito do que entendemos sobre ‘soja responsável’ nos colocam numa posição bastante pró-ativa e, até agora, não sentimos contra-argumentação consistente, apenas algumas argumentações pontuais que podem ser facilmente rebatidas”.

A assembléia em Buenos Aires foi antecipada pelo 1º Seminário da União Eu-

ropéia sobre Soja Responsável, ocorrido em março em Bruxelas (Bélgica), do qual Arioli também participou. O evento serviu como uma preparação para a conferência deste mês, e, na ocasião, Arioli fez uma apresentação sobre a produção de soja no estado.

Além disso, em Bruxelas, Arioli apresentou o programa Soja Mais Verde, pela primeira vez, à indústria europeia como uma alternativa à Moratória da Soja. “Podemos avançar muito no tema nos próximos

O que é a Mesa Redonda?

A Mesa Redonda da Soja Responsável (Round Table on Responsible Soy - RTRS) é um fórum internacional de discussão sobre a sustentabilidade da soja.

Seu objetivo é construir um processo global e participativo para desenvolver e promover princípios e critérios para a produção de soja de forma economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa. Além disso, o RTRS pretende atuar como um fórum internacionalmente reconhecido para o acompanhamento da produção de soja em termos de sustentabilidade.

Cronograma da RTRS:

- Lançamento: março de 2005 em Foz do Iguaçu (PR);
- Workshop Técnico: abril de 2006, em São Paulo (SP);
- Segunda reunião: agosto de 2006, em Assunção, no Paraguai;
- Formalizada a existência do RTRS: novembro de 2006, em Rolle, na Suíça.
- Assembléia Geral: março de 2007, em São Paulo;
- Terceira reunião: abril de 2008, em Buenos Aires, na Argentina.

meses e certamente o programaganhará adeptos”, afirma o vice-presidente Oeste.

Na discussão sobre a produção sustentável de soja, um dos pontos defendidos pela Aprosoja/MT é que os critérios de sustentabilidade sejam repartidos também com a indústria, *tradings* e bancos. Outro ponto defendido é o pagamento

de um prêmio pela soja sustentável. Os produtores mato-grossenses também desejam utilizar a ferramenta *business to business* – que oferece a possibilidade de compradores e produtores negociarem diretamente, sem intermediários.

Ainda está na lista de discussões da RTRS a criação de um fundo para o pagamento do prêmio, assim como a res- tauração do passivo ambiental de produtores interessados em aderir à produção responsável. “Tenho a convicção de que Mato Grosso tem todas as condições para se transformar em referência internacional de produção sustentável”, afirma.

A Questão Fundiária

OS PRODUTORES defendem uma solução imediata ao problema fundiário. “Há excesso de títulos e há falta de entrosamento entre o Intermat (Instituto de Terras), o Incra e a Secretaria Especial do Meio Ambiente”, frisa o diretor-executivo da Aprosoja, Marcelo Duarte Monteiro.

Segundo ele, “as bases cartográficas são defasadas e divergem entre os diferentes órgãos, dificultando a regularização das terras. Embora o percentual da reserva legal das propriedades seja regido por uma MP editada em 1999, os órgãos públicos são morosos, estão desapeados e sem tecnologia

Mato Grosso: uso da terra

Destinação	Área (Km²)	Part. (%)
Agricultura	68.625	7,60
Pecuária	227.761	25,10
Sub-total	296.386	32,70
Áreas indígenas	124.968	13,80
Reservas ecológicas	54.408	6,00
Pantanal	63.839	7,00
Sub-total	243.216	26,80
Cerrados e florestas	367.205	40,50
Total	906.807	100,00

Fonte: Embrapa

para acompanhar o desenvolvimento do estado. Em função disso há uma insegurança jurídica enorme entre os produtores”.

“Se continuar a criação de novas reservas indígenas, alguns municípios não ficarão com mais de 6% de sua área atual”, alerta o presidente da Famato, Rui Ottoni Prado.

De acordo com estudos da Famato, até 1992 somente 2,6% do território do estado eram considerados área indígena. De 1992 a 1995, houve um acréscimo de 19%. Se o pleito de mais de 3,6% (três milhões de hectares) for atendido, mais de 26% da área de MT serão convertidos em área indígena.

Brasil: produção das principais culturas

Cultura	Área (mil hectares)		Produção (mil toneladas)		Produtividade (kg/ha)	
	1970	2008	1970	2008	1970	2008
Algodão	4.298	1.095	1.954	2.436	455	2.225
Arroz	4.979	2.928	7.663	11.955	1.348	4.083
Feijão	3.484	3.830	2.211	3.437	635	9073
Milho	9.858	14.469	14.216	45.233	1.339	3.886
Soja	1.318	21.158	1.508	59.988	1.471	2.835
Trigo	1.895	1.818	1.844	3.824	423	2.103
Cana	1.724	6.923	79.753	549.905	46.230	78.975
Sub-total	23.262	52.221	106.940	676.778	-	-
Outras	4.295	40	2.099	11.000	-	-
Total	27.557	52.261	109.039	687.778	-	-

Fonte: IBGE

Tendência é a certificação

O FUTURO da agricultura e da pecuária no País passa pela criação e venda no mercado futuro de certificados de preservação ambiental com tecnologia. Esse modelo permitirá produzir alimentos (carne e grãos) sem aumentar o impacto no meio ambiente.

Para criar o certificado de preservação com tecnologia, o principal crédito do Brasil é o ativo ambiental acumulado até agora. De 1970 para cá, a produção brasileira de grãos quintuplicou e a área utilizada nem dobrou. Trata-se de um ativo ambiental grande, passível até de se cobrar *royalties*. É uma argumentação sólida

para captação de crédito e criar condições de financiar a tecnologia para aproveitar ao máximo as áreas já abertas.

Para a safra 2007/08 há uma previsão de colheita da ordem de 143 milhões de toneladas de produtos agrícolas. “Isso será alcançado mediante a utilização de 52 milhões de hectares”, diz o pesquisador do CEA/Ibre/FGV Mauro de Rezende Lopes.

A emissão de um certificado de preservação ambiental com tecnologia é uma alternativa. O modelo seria semelhante ao de créditos de carbono, em que países que já desmataram muito compram créditos de projetos para evitar a emissão de gás carbônico no ambiente. Em quatro anos de existência, os créditos de carbono já renderam US\$ 60 bilhões. O dinheiro dos certificados iria para incorporação de tecnologia na produção. Isso geraria mais ativo.

Classificação de grãos

A PROSOJA/MT desenvolve o projeto Classificação de Grãos, criado com o objetivo de padronizar a linguagem utilizada por produtores, compradores, pesquisadores e órgãos governamentais na mensuração dos grãos. Isso ajudará a estabelecer os mesmos critérios de descontos e classificação das amostras de soja entre as empresas.

Outra questão relacionada à classificação de grãos é a correlação das justificativas sobre as causas maiores de umidade, impurezas e outras deficiências nos grãos. É necessário desenvolver as pesquisas feitas em outros países sobre a relação entre o ambiente de produção e a qualidade intrínseca dos grãos (teores de proteínas, óleo, carboidratos etc.).

O projeto tem quatro mini-projetos:

1. *Cartilha de Procedimento de Descontos no Recebimento de Soja*.

Lançada em 18 de dezembro de 2007. O documento está à disposição de todos os interessados nos sindicatos rurais. Baseada na Instrução Normativa N° 11 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 15/05/2007, a cartilha é fruto de intensos debates entre técnicos do próprio

Bases do modelo

1. **Argumentação:** tecnologia gera sustentabilidade ambiental e financeira por meio de estímulos econômicos corretos. Sem crédito não há tecnologia poupadora de terra.

2. **Princípio:** quanto mais produção com tecnologia, menor a necessidade de área e de desmatamento. Isso o MT e a nova fronteira têm!

- Tecnologia biológica (sementes e fertilizantes) poupa área, terra, economiza matas.
- Tecnologia mecânica (tratores, colheitadeiras e herbicidas) permite ocupar terra produtivamente. A combinação de ambas produz muito mais ainda.

3. **Hipótese:** a tecnologia pode salvar a Amazônia.

4. **Prêmio:** atribuir um valor ao ativo ambiental das lavouras. Bônus para quem produz mais e melhor.

MAPA, docentes do Centreinar da Universidade Federal de Viçosa, e da Famev da Universidade Federal de Mato Grosso.

2. Análise da Qualidade Intrínseca dos Grãos

Convênio firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e a Aprosoja prevê a concessão em comodato de aparelhos para a realização de análises de qualidade física e nutricional nos laboratórios da Universidade. Serão objeto de análise as amostras de grãos dos cultivares de soja produzidos em propriedades de diferentes regiões de Mato Grosso.

Esse trabalho é realizado em diversas regiões produtoras de soja dos Estados Unidos, com o objetivo de conhecer as regiões e os cultivares mais rentáveis em termos de óleo, proteína etc., para, no futuro, fazer um pagamento adicional ao valor da saca.

3. Serviços de assistência e orientação aos produtores

Para esclarecer dúvidas dos produtores em relação à comercialização de grãos, foi instalado um mini-laboratório em 17 Núcleos de Produtores conveniados à Aprosoja, nos sindicatos de Nova Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Tangará da Serra, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos Júlio, Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde, Jaciara, Nova Xavantina, Canarana e Querência.

4. Análise Física das amostras de grãos

De forma aleatória, será feita a coleta de mais ou menos 1000 amostras de grãos no estado. O resultado será utilizado para comparar as análises realizadas pelas empresas compradoras e a Aprosoja. As divergências na classificação serão constatadas.

“ A soja brasileira produz alimento e riqueza, gera saúde e emprego



Glauber Silveira,
Presidente da Aprosoja

Academia de liderança

HÁ UM aumento do poder de compra da população e conseqüente crescimento da procura por alimentos no mundo. O desafio é elevar a produção para atender a essa demanda com rentabilidade.

Nesse cenário, um líder terá de ter a capacidade de tomar decisões mais rápidas. Para obter bons resultados no mercado, as informações precisarão ser processadas e transmitidas ao setor produtivo.

Pensando nisso, a Aprosoja/MT lançou a Academia de Liderança do Agronegócio no dia 30 de abril de 2008, em parceria com a Esalq. Peter Goldsmith, da University of Illinois at Urbana-Champaign e da National Soybean Research Laboratory, explica que é o papel do líder apontar como os recursos destinados a investimentos deverão ser utilizados de maneira inteligente. “E essa tomada de decisão tem de ser rápida, agora, para que os resultados possam acontecer a médio prazo. Por isso, é importante a formação de um número

cada vez maior de líderes e é importante a criação de academias de lideranças”.

O presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira, chamou a atenção para o desafio da nova era, que é crescer a oferta de mais alimentos com preservação ambiental. “E um dos objetivos da academia é mostrar que é possível produzir de maneira sustentável. Visamos à formação de pessoas que serão líderes porque a globalização não se restringe ao comércio mundial de produtos, mas passa pelo campo das idéias”, pontua Glauber.

Troca de experiência

A APROSOJA/MT firmou parceria com a Illinois Soybean Association (ISA) para a realização de intercâmbio de pessoas envolvidas com o agronegócio – em especial com a cultura da soja. “Apesar da barreira da língua e da distância, a gente pode, sim, estar mais próximo no que se refere à troca de informação e de experiência”, diz o diretor-executivo da Aprosoja/MT, Marcelo Duarte.

O diretor do Centro Nacional de Pesquisa da Soja da Universidade do Illinois, Peter Goldsmith, esteve neste mês com uma comissão em visita a MT. Na oportunidade foi ao município de Sorriso, o que mais produz soja no Brasil. O objetivo é conhecer a região e estabelecer formalmente essa parceria, que também tem sido chamada de entidades-irmãs. ■

“ A alta dependência dos fertilizantes e os grandes problemas logísticos estão minando a competitividade de Mato Grosso



Marcelo Monteiro,
diretor executivo da Aprosoja

RUMO À SUSTENTABILIDADE

SUMÁRIO

Certificar é preciso	21
1. Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária	22
2. Certificação agropecuária	22
3. Mercado consumidor e certificação	23
4. Cumprir o Código Florestal	24
5. Alimentos orgânicos	25
6. Comércio justo e solidário	25
7. Certificação de Agricultores Familiares	26
8. Certificação do setor sucroalcooleiro	28
9. Certificação de pecuária bovina	28
10. Certificação de biocombustíveis	30
11. Certificação de café	31
12. Certificação da Suinocultura	32
13. Experiência internacional	33
14. Passivos sociais e ambientais	34
15. Agropecuária e mudanças climáticas	34
16. O Poder Público e a certificação	35
17. Certificação: uma agenda positiva	36

Certificar é preciso

Mario Menezes

A agropecuária brasileira tem se mostrado à altura dos desafios que o mundo enfrenta para alimentar sua população. A demanda maior está na necessidade de superação dos problemas da qualidade socioambiental dos sistemas produtivos.

Com a corrida aos biocombustíveis, como parte do equacionamento dos problemas de aquecimento, essa disparidade passa a ter reflexos econômicos de grande repercussão para o Brasil no cenário internacional.

Temos urgência em melhorar o perfil socioambiental da nossa agropecuária, para torná-lo condizente com as demandas de inserção social e de cuidados com o patrimônio natural que viabiliza a atividade.

A certificação ou outras formas de verificação socioambiental é um passo a ser dado em direção às mudanças, tendo como base nosso contexto e nossas experiências, antes que nos sejam impostos, de fora, modelos estranhos à nossa realidade.

As tendências do mundo mercantil e as expectativas da sociedade apontam para a necessidade de enfrentarmos o desafio. A Iniciativa Brasileira para a Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, envolvendo os diferentes segmentos dos setores econômico e social e a área ambiental, está construindo um caminho para viabilizar esse processo de mudanças. Este encarte de *Agroanalysis* visa a informar e facilitar a construção participativa dessas mudanças em direção à sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Secretário executivo da Iniciativa Brasileira para a Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária (www.iniciativabrasileira.com.br)

1. Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária

Mario Menezes

Diante da crescente demanda por alimentos, *commodities* e matérias-primas para produção de biocombustíveis, o setor agropecuário brasileiro vem ganhando importância cada vez mais estratégica no âmbito mundial.

Preocupados em fazer dessa inédita importância a oportunidade de tornar o Brasil um país também líder em sustentabilidade socioambiental, produtividade e valor agregado na atividade rural, um grupo de organizações socioambientalistas – logo acompanhadas por entidades do setor privado –, decidiu lançar um movimento voltado para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional.

Trata-se da Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, cujos objetivos são a conservação do capital natural, a agregação de valor aos produtos agrícolas, o respeito às relações trabalhistas, aos direitos humanos e dos povos, bem como a melhoria das condições socioambientais do setor.

A iniciativa visa a estimular mudanças na atividade agropecuária, reduzindo seus impactos negativos e criando as condições para um sistema transparente de verificação das atividades produtivas e de beneficiamento, na quais se inclui a certificação independente.

Sua meta é a criação de um sistema único que estabeleça padrões e procedimentos comuns, cuja finalidade não é criar novos selos de certificação, mas a valorização de todo e qualquer selo já existente, ou que venha a ser criado, que atenda a certos critérios mínimos de credibilidade.

Hoje globalmente se discute padrões específicos para culturas ou determinados usos dos produtos agrícolas. É o caso da mesa redonda sobre biocombustível sustentável (RSB), que entrou em sua fase decisiva de discussão pública dos princípios e critérios propostos por seu Conselho Diretor. Os padrões sobre óleo de palma estão mais avançados, enquanto o de soja está em fase inicial. Quaisquer iniciativas desse tipo precisarão de um sistema geral que possua legitimidade para sua verificação e certificação.

O projeto é de cunho voluntário e participativo, envolvendo as áreas econômica (produção, agroindústria, comércio e finanças), social e ambiental, e visa à construção de um sistema de verificação/certificação baseado nas experiências e demandas brasileiras.

Pretende-se antecipar, com esse esforço, às investidas dos países importadores na definição de critérios e exigências de sustentabilidade para nossos sistemas produtivos (mormente agora, com a corrida aos biocombustíveis), evitando a internalização de modelos estranhos à nossa realidade, e invertendo a tendência tradicional de o País ser atropelado e submetido a regras que nem sempre atendem aos seus interesses.

Os interlocutores desse processo sabem dos conflitos e das visões divergentes que caracterizam o debate, mas estamos prestes a

criar o primeiro sistema de certificação agropecuário do mundo. O Grupo de Trabalho Tripartite da Iniciativa, fórum de discussão constituído por representantes legítimos dos setores econômico e social e da área ambiental, está envolvido na construção de um elenco de princípios e critérios de verificação, a ser validado em consultas públicas proximamente, para daí ganhar reconhecimento internacional. A construção de uma agenda mínima sobre o tema, a partir dos diferentes pontos de vista defendidos, se impõe como um desafio incontornável para a superação dos problemas que às gerações de hoje cabe equacionar.

Diretor-adjunto de Amigos da Terra-Amazônia Brasileira

2. Certificação agropecuária

Luís Fernando Guedes Pinto

A produção de *commodities* agrícolas é frequentemente relacionada à degradação dos recursos naturais e desrespeito aos direitos humanos. Por outro lado, há iniciativas de produção agrícola com alto desempenho socioambiental, em que os recursos naturais são conservados, e até recuperados, e as questões trabalhistas e sociais são consideradas. Com isso, contribui-se para uma melhoria da qualidade de vida de trabalhadores e comunidades associadas, sendo necessário haver mecanismos que

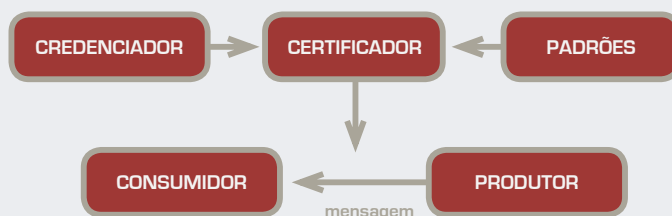
Conceitos

Padronização de classificações e atributos dos alimentos: são básicos e devem ser aceitos por ambos os lados da transação. Esse conhecimento leva à ampliação de mercado e transparência de seu funcionamento.

Monitoramento: leva à certificação e garante aos consumidores as informações de atributos que o produto possui.

Selo de certificação: fornece ao consumidor uma garantia a respeito de atributos do produto consumido.

Componentes de um sistema de certificação



Sistemas Existentes

- **Certificação orgânica:** avalia questões socioambientais, com ênfase na produção livre de agrotóxicos e insumos químicos, garantindo alimentos e matérias-primas saudáveis e um ambiente livre de contaminação por agrotóxicos e outras substâncias sintéticas.
- **Comércio justo:** a FLO (Fair Trade Labelling Organization) possui maior abrangência internacional. Beneficia pequenos produtores e lhes garantem relações comerciais diferenciadas e de longo prazo com os compradores. No Brasil está em desenvolvimento a proposta de Comércio Ético, Justo e Solidário, liderado pelo Instituto Faces.
- **Rede de Agricultura Sustentável (RAS):** criado por ONGs da América Latina para promover mudanças socioambientais na produção agrícola regional. Usa o selo Rainforest Alliance Certified. Hoje atuação também em regiões tropicais da África e da Ásia. Avalia questões como a conservação da biodiversidade e relações trabalhistas na unidade de produção. Tem grande importância na certificação de *commodities*, como banana, cacau e café.
- **GLOBALGAP:** criado por redes de distribuição da Europa, com o fim de garantir a segurança sanitária dos produtos vegetais e animais que comercializam. Também considera questões trabalhistas e ambientais, mas de maneira superficial.
- **Sistemas de certificação ou verificação participativa:** sistema interno organizado por pequenos produtores para garantir a aplicação de normas desenvolvidas de maneira participativa. Diferencia determinadas características de produtos e processos produtivos. O de maior relevância no Brasil é o da Rede EcoVida, de produção orgânica.

estimulem a produção responsável e, entre estes, destacaremos a certificação socioambiental.

A certificação é um instrumento que garante determinadas características de produtos ou processos produtivos. Logo, pode ser compreendida como uma mera ferramenta de mercado. Porém, acreditamos que ela possa contribuir para as mudanças socioambientais, transformando-se também num mecanismo de governança. Nesse caso, consumidores optam por produtos oriundos de processos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, influenciando sua forma de produção. Além dos consumidores no ato da compra, a sociedade civil pode passar a ter maneiras de influenciar e monitorar processos produtivos e empreendimentos que interferem na sua qualidade de vida.

Para conciliar o mercado e a governança, um sistema de certificação deve ter algumas características:

- a. Caráter voluntário;
- b. Independência;
- c. Transparência;
- d. Normas compatíveis com a ciência e tecnologia;
- e. Processos de melhoria contínua;
- f. Rastreabilidade;

g. Benefícios econômicos para estimular o engajamento de empreendimentos certificados e compensar os investimentos para a conquista e manutenção da certificação.

Os benefícios ocorrem pela manutenção ou abertura de mercados, sobre-preço, créditos diferenciados, remuneração por serviços ambientais, políticas públicas especiais, ou simplesmente pela melhoria da imagem institucional.

Os custos diretos da certificação são os relativos aos serviços dos processos de avaliação e auditoria, com a contratação de certificadores credenciados pelos sistemas de certificação. Há também custos indiretos com a adequação dos empreendimentos ao padrão exigido pelo sistema de certificação.

Diversas iniciativas internacionais desenvolvem normas para a produção agropecuária no mundo, mas ainda não está claro de que forma, isto é, em que sistemas serão aplicados para garantir sua eficácia e credibilidade, proporcionando benefícios econômicos e mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável.

Secretário-executivo. Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Engenheiro agrônomo e doutor pela Esalq/USP.

3. Mercado consumidor e certificação

Samuel Ribeiro Giordano

Cada vez mais os consumidores demandam produtos produzidos a partir de boas práticas socioambientais. Em muitos países do mundo, e também no Brasil, movimentos de defesa dos consumidores exigem uma garantia mínima de condutas socioambientais responsáveis nos sistemas de produção.

Por sua vez, muitos segmentos do agronegócio, como os distribuidores e varejistas, implantam certificados que garantem a origem de produtos com base nas Boas Práticas Agropecuárias.

Os exemplos de demandas socioambientais responsáveis estendem-se por todos os segmentos industriais. Muitos fornecedores de máquinas e peças europeus passaram a exigir o balanço social das firmas brasileiras exportadoras, como condição para fornecimento de determinado bem ou máquina. As empresas compradoras de pasta de celulose. Na madeira, chegaremos ao ponto em que, sem certificação, não haverá comercialização.

O novo consumidor

Neste período técnico, científico e informacional, aumentou a velocidade de realização de feitos, trocas e transações. O tempo acelerou-se e a informação transita na velocidade da luz. Dentro do processo de globalização, compradores e vendedores não po-

dem mais verificar os alimentos que transacionam e necessitam de expedientes eficientes para essas operações.

Como a procedência de um produto originado a partir da reciclagem, por exemplo, não pode ser observado a olho nu, é necessário o desenvolvimento de uma outra forma de transmitir essa informação com credibilidade para o consumidor. Isso pode se dar por meio de selo emitido por um órgão certificador, credenciado por uma terceira instituição.

Muitas vezes, os selos se tornam empecilho para uma compra, caso o consumidor não identifique os atributos e as características que eles representam. A multiplicidade de selos deixa evidente o quanto se desconhece a respeito deles. O que se dirá de um produto exibindo meia dúzia de selos nas gôndolas dos supermercados?

Assim, a enorme diversidade de selos e certificações nem sempre representa um fator positivo para o consumidor. Esse ponto evoluiu nos últimos anos, com a regulamentação dos rótulos, com a obrigação da indústria a colocar neles, pelo menos, a composição química dos produtos.

Nesse sentido, os sistemas de classificação que levam à padronização são imprescindíveis para a transparência do produto e o funcionamento e a ampliação do mercado.

Professor e pesquisador do Pensa – Centro de Conhecimento em Agronegócios
Consultor técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável
Fellow do programa Lead International – Leadership for Environment and Development. E-mail: srgiorda@pensa.org.br

4. Cumprir o Código Florestal

Carlos A. Klink
Ana Cristina Barros

A busca por qualidade na produção, certificada por critérios econômicos, sociais e ambientais, depara com a implementação da legislação ambiental no campo. O Brasil, além de possuir uma legislação conciliadora, particularmente o Código Florestal, conta com capacidade técnica de excelência em diversos setores ligados à causa ambiental. Além disso, coleciona experiências de sucesso na construção de paisagens produtivas sustentáveis no campo.

A *The Nature Conservancy* do Brasil (TNC) desenvolve projetos de campo para a regularização ambiental da propriedade rural nos principais biomas terrestres brasileiros: a floresta amazônica, o cerrado e a Mata Atlântica.

Em colaboração com produtores rurais e suas representações, empresas do agronegócio, ONGs e órgãos ambientais do governo, busca-se a melhor forma para o cumprimento do Código Florestal, por meio do:

- Cadastro ambiental: consiste no levantamento georeferenciado dos limites das propriedades rurais, adequação da base cartográfica para tal, e identificação do proprietário;
- Diagnóstico da condição ambiental ante a legislação: avaliação da reserva legal e das áreas de preservação permanente (APP). Seus custos por fazenda variam de R\$ 839,00 a R\$ 289,00, e podem ser realizados com rapidez.

No projeto de Lucas do Rio Verde, por exemplo, todo o município foi envolvido e 100% do levantamento de campo realizado em menos de um mês, a um custo de R\$ 0,97 por hectare, ou R\$ 515,00 por fazenda. Novas tecnologias, em teste pela TNC, indicam a possibilidade de redução do custo a um patamar de R\$ 0,30 por hectare.

São três os fatores fundamentais para a implementação da legislação ambiental:

1º A mobilização da vontade política dos estados, dos comandos da produção e dos produtores para a implementação do Código Florestal;

2º A percepção e aceitação da realidade de que a gestão do espaço rural no País depende da colaboração ativa do setor privado – empresa, produtores, e ONGs – junto com os esforços de governo;

3º O compromisso de cumprimento gradativo das exigências do Código Florestal, a exemplo do compromisso assumido recentemente (abril de 2007) entre o governo de Mato Grosso e os setores da cana e da soja no estado para cadastramento e recuperação de APPs.

Com base em acordos formais, os passos para a implementação da legislação são o cadastramento das propriedades, principal insumo para o diagnóstico das APPs e reserva legal, seguido da recuperação das APPs, e o detalhamento das opções de regularização da reserva legal, via compensação pública ou privada, recuperação ou até mesmo variações dos percentuais em função dos zoneamentos estaduais.

O futuro do agronegócio no Brasil é tão promissor quanto a capacidade de diálogo, cooperação e conciliação de interesses que os representantes dos setores agrícola e ambiental têm demonstrado. Experiências de campo, em escala espacial cada vez maior e com cada vez mais ampla divulgação, são também etapas para essa construção.

Custos em reais do cadastramento e diagnóstico ambiental

PROJETO	Por fazenda	Por hectare
Guarapuava (PR)	R\$ 592,00	R\$ 3,95
Santarém e região (PA)	R\$ 839,00	R\$ 2,49
Lucas do Rio Verde (MT)	R\$ 515,00	R\$ 0,97
Bacia do Rio S. Lourenço (MT)	R\$ 289,00	R\$ 0,51

Fonte: TNC. Abril de 2007.

The Nature Conservancy. cklink@tnc.org.br, acbarros@tnc.org.br

5. Alimentos orgânicos

Alexandre H. Harkaly
José P. Santiago

O produto orgânico é cultivado de acordo com normas que exigem a conservação do solo, a biodiversidade da fazenda, e proíbem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e produtos transgênicos. Carne orgânica provém de animais alimentados com pastos e grãos orgânicos, com acesso ao pasto e não recebem remédios alopáticos, como antibióticos e outros. Se o produto for processado, os ingredientes têm de ser, no mínimo, 95% orgânicos.

O consumo de produtos orgânicos cresce ano a ano no Brasil, com a maior percepção do consumidor sobre a sua melhor qualidade em relação ao convencional em termos dos benefícios para a sua saúde e para o ambiente.

O Brasil exporta produtos orgânicos, principalmente soja, café e açúcar, para a Europa, Japão e Estados Unidos. No mundo, o mercado de orgânicos atinge anualmente cerca de US\$ 40 bilhões.

O *fair trade* (comércio justo) também apresenta forte crescimento no mundo. O consumidor consciente, além de produtos livres de resíduos químicos, quer produtos da agricultura familiar, sem o emprego de trabalho infantil, que sejam social e ambientalmente corretos.

Ambiente e saúde

O produto orgânico não tem efeito perverso sobre a vida do solo e do ambiente geral. Ajuda na construção da biodiversidade e não contamina a água dos rios e dos lençóis freáticos. A longo prazo, provoca o aumento das pragas e proliferação dos seus inimigos naturais.

Até na questão do aquecimento da Terra os orgânicos apresentam vantagens, pois:

- Proíbe queimadas, grandes emissoras de gás carbônico;
- Exige a manutenção ou a recuperação de matas ciliares e reservas arbóreas nas unidades de produção;
- Recomenda o plantio de árvores nos cafezais e em outros cultivos;
- Determina o estabelecimento de barreiras vegetais formadas por árvores;
- Recomenda o sombreamento dos pastos com árvore.

A própria agrofloresta é uma prática incentivada na agricultura orgânica. No processo da fotossíntese, as árvores capturam o gás carbônico e liberam oxigênio. Isso contribui para o retorno do carbono à biomassa.

A agricultura orgânica incentiva a tecnologia branda, menos dependente do petróleo, cuja queima é uma das principais formas de emissão de carbono para a atmosfera. Para tanto, utiliza mais a mão de obra, emprega formas naturais de adubação e incentiva o uso de formas alternativas de energia, como a solar e a eólica.

Cosmético orgânico em alta

Seguindo o mesmo padrão mundialmente adotado para os alimentos orgânicos processados, um grupo de certificadoras de vários países, incluindo o IBD Certificações no Brasil, só certificam produtos com 95% ou mais de ingredientes orgânicos, para proteger o consumidor e dar a ele a garantia de que o produto é verdadeiramente orgânico.

A União Européia, os Estados Unidos, o Japão, a Argentina, a Costa Rica e muitos outros países têm as suas normas oficiais de produção orgânica. As normas dos diversos países não são iguais. Isso dificulta o comércio mundial de orgânicos e o trabalho das certificadoras, para atender aos diversos mercados com legislações próprias.

A norma brasileira, recém-regulamentada, reduz os prazos internacionalmente aceitos de conversão para cultivos ou criações convencionais passarem a ser orgânicos. Isso poderá criar dificuldades para as certificadoras, que terão de manter a divisão entre produtos para o mercado interno e produtos para exportação.

Diretores do IBD Certificações.

E-mails: alexandre.h@ibd.com.br, jp.santiago@terra.com.br

6. Comércio justo e solidário

Fabíola Zerbini

A sociedade civil brasileira começou a sua mobilização para a promoção do comércio justo e solidário no País em 2001, a partir da percepção de que o conceito e a prática do comércio justo internacional representavam respostas concretas a uma das principais demandas dos pequenos produtores rurais e urbanos brasileiros:

Assim, foi arquitetado um plano entre um grupo de organizações envolvidas nos movimentos da Economia Solidária, Agricultura Familiar e Agroecologia, entre outros, e, representativo de distintos segmentos – entidades de assessoria, sindicatos rurais, órgãos públicos. As reuniões foram em torno de uma plataforma de debate e articulação, o Faces do Brasil, com o intuito de somar esforços em prol da missão comum de fomentar e consolidar o então chamado comércio ético e solidário em nosso país.

Desde o princípio, o chamado comércio justo e solidário se desenvolveu, no Brasil, de forma articulada com os movimentos sociais que buscavam, e ainda buscam repostas, à problemática da desigualdade social e da precariedade nas relações de trabalho.

Dessa integração, materializada por meio de seis consultas públicas, do envolvimento de mais de 120 atores nacionais e da realização de projetos-piloto de verificação prática dos concei-

tos então criados, surgiu a Carta de Princípios e Critérios de Comércio Justo e Solidário do Brasil.

Esse documento parte da referência internacional do comércio justo Norte x Sul, para atender às demandas e peculiaridades próprias da realidade brasileira, por meio do envolvimento daqueles que vivem e fazem essa realidade na sua construção.

Todos os critérios estão reunidos no chamado Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS. A sua regulamentação pública foi construída desde abril de 2006, pelo Grupo de Trabalho Interministerial composto por entidades da sociedade civil¹ e governamentais², que culminou, em 2007, na promulgação de uma Instrução Normativa pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Além de princípios e critérios, o SBCJS também deve regulamentar os mecanismos de reconhecimento de garantia, o sistema de controle social e as políticas de fomento público a essa nova prática.

Para o SBCJS sobreviver no campo econômico, serão necessárias estratégias diferenciadas e integradas para cada um dos distintos elos da cadeia produtiva.

Primeiro: garantir a ampla difusão do conteúdo e dos benefícios do SBCJS aos diversos EES – Empreendimentos Econômicos Solidários brasileiros, rurais ou urbanos, passíveis de usufruir as oportunidades que o ele representa, mediante processos informativos sobre o cadastramento e adesão ao SBCJS, e/ou, de projetos educacionais ou de apoio direto.

Segundo: fomentar a criação e a efetiva operacionalização, de forma integrada ao SBCJS, de distintos sistemas de reconhecimento de conformidade aos padrões de CJS, em especial das modalidades alternativas e inclusivas, como os sistemas participativos de garantia, ou a auto-declaração em vendas locais.

Terceiro: promover uma ampla articulação com os atores comerciais de todas as categorias, de lojas especializadas a grandes superfícies de comercialização e distribuição, de difusão e promoção do SBCJS.

A cadeia comercial justa e solidária



Quarto: trabalhar na formação de uma consciência sobre o consumo responsável por meio de processos formativos e educacionais, para que os consumidores possam utilizar suas escolhas de compra a favor do fortalecimento de toda a proposta.

Enfim, há muito ainda por fazer. O Face, e os demais atores do SBCJS, podem comemorar suas conquistas políticas, mas devem continuar o trabalho, para, em um futuro próximo, comemorar também a conquista de uma melhor condição de vida, para inúmeros produtores e consumidores que acreditam em uma sociedade mais justa, equilibrada, solidária e emancipada.

Advogada, doutoranda em Ciência Ambiental pelo Procam-USP e atual Secretária-executiva do Faces do Brasil.

1 Faces do Brasil – Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário, FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e, OPFCJS – Organização dos Produtores Familiares do Comércio Justo e Solidário;

2 Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego), SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDS – Ministério do Desenvolvimento Agrário).

7. Certificação de Agricultores Familiares

Laércio Meirelles

Há mais de vinte anos começaram no Brasil as experiências relacionadas ao desenvolvimento da agricultura ecológica para os agricultores familiares. Em um primeiro momento os trabalhos buscavam muito mais o redesenho das propriedades rurais em bases mais sustentáveis, focando os esforços “para dentro da porteira”.

Uma evolução natural foi a busca da inserção dos agricultores em mercados que tendessem a valorizar essa produção. O hoje denominado “mercado de produtos ecológicos” cresceu de forma significativa, no Brasil e no mundo, durante esse período de tempo. Estimativas do Ministério da Agricultura apontam para 800.000 hectares cultivados com agricultura orgânica, cerca de 75% dos quais de agricultura familiar.

Mais recentemente, há um crescimento importante, principalmente nos países do Norte, do chamado “comércio justo”. Pela sua natureza, a agricultura familiar tende a se adequar com relativa facilidade aos critérios de ingresso nesse mercado.

Um dos requisitos é por parte do consumidor de que o produto que ele está adquirindo possui de fato as características desejadas. O reconhecimento se dá por processos denominados de avaliação de conformidade.

No mundo do comércio de produtos ecológicos ou do comércio justo, o método de avaliação de conformidade mais conhecido e reconhecido é a certificação.

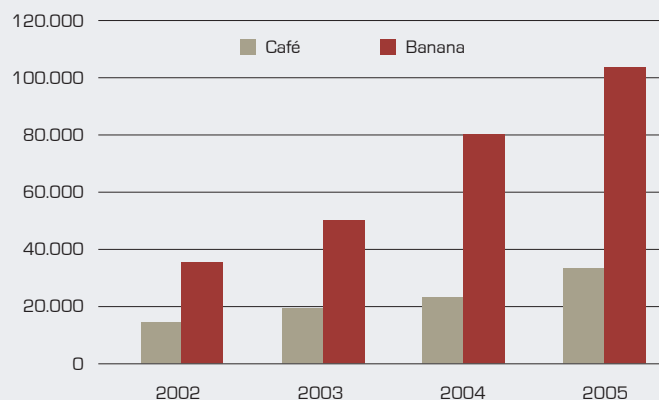
No caso da agricultura ecológica, desde 1991 a União Européia tem uma legislação que regula o tema. Um dos pontos importantes da lei é a obrigatoriedade da certificação para todos os produtores que desejarem ingressar no mercado. O exemplo foi seguido por quase todos os outros países que regularam a matéria.

A consagração da certificação como o único método válido para avaliar a conformidade do produto orgânico tem muitas vezes impedido que agricultores familiares, indígenas, assentados de reforma agrária, extrativistas e pescadores artesanais acessem esse mercado diferenciado.

Os altos preços cobrados pelas empresas certificadoras muitas vezes são incompatíveis com a realidade do segmento. Somam-se a isso as normativas cada vez mais restritivas e descontextualizadas, por importadas, e uma metodologia inadequada a certas realidades sócio-culturais.

Felizmente, existem alternativas sendo geradas. Há mais de 15 anos que a agricultura familiar no Sul do Brasil discute alternativas ao modelo de certificação de produtos orgânicos pre-

Café e banana comercializados no comércio justo internacional (t)



Fonte: ITC

nizado pelos países do Norte. Durante esse período constituiu-se a Rede EcoVida de Agroecologia, instância de articulação que visa a promoção da Agroecologia, que, entre outras atividades, estimula entre seus membros o processo por ela denominada de Certificação Participativa em Rede.

A Rede EcoVida denomina Certificação Participativa ao processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. O atributo “em rede” expressa o reconhecimento mútuo da credibilidade gerada em distintos espaços. A Certificação Participativa em Rede é resultante de uma dinâmica social surgida a partir da integração dos envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados.

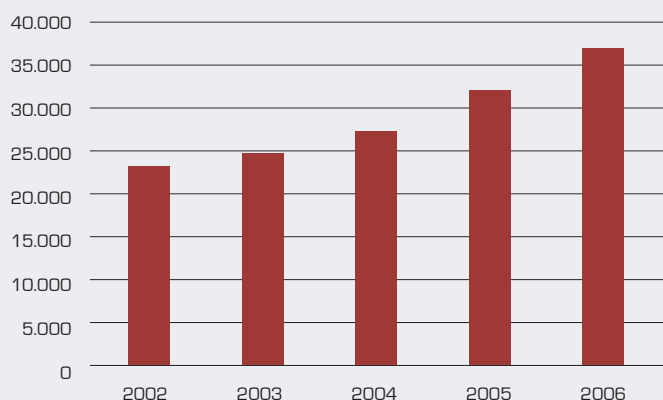
No caso da Rede EcoVida, a Certificação Participativa se dá em torno do produto orgânico e **a credibilidade é gerada a partir da seriedade conferida à palavra da família agricultora e se legitima socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que essa família integra.**

Esse tipo de alternativa se dissemina pelo País e em outros locais do mundo. Em vários países já existem processos em curso, semelhantes ao da Rede EcoVida. A Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e suas regulamentações, contemplam alternativas dessa natureza como métodos válidos de geração de credibilidade.

O exemplo deve ser observado com atenção por outros setores, visto que a exigência de certificação é cada vez mais presente no comércio contemporâneo, e é uma referência interessante de como é possível criar mecanismos de avaliação da conformidade mais adaptados às realidades econômico-sócio-culturais do País, sem descuidar das exigências do mercado consumidor.

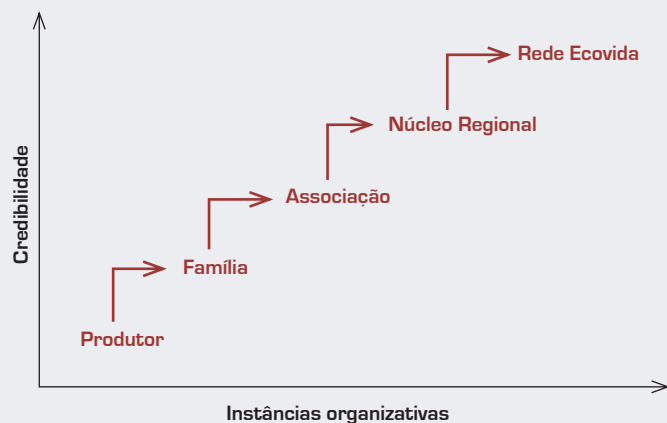
Agrônomo, especialista em Agroecologia e DRS. Coordenador do Centro Ecológico Ipê (www.centroecologico.org.br). Membro do Grupo de Trabalho internacional de Ifoam / Maela em Sistemas Participativos de Garantia. Consultor da FAO em SPGs.

Área mundial com agricultura orgânica (mil ha)



Fonte: ITC

Geração de credibilidade do produto ecológico na Rede Ecovida de Agroecologia



8. Certificação do setor sucroalcooleiro

Lucia Ortiz*
Délcio Rodrigues**

O interesse mundial pelo etanol da cana-de-açúcar do Brasil como substituto verde da gasolina é freqüentemente manchado por notícias de desrespeito à legislação nacional, seja na área trabalhista, ambiental ou dos direitos humanos. A pressão internacional contribui para o banimento dos casos de mortes por excesso de trabalho, trabalho escravo e desrespeito ao Código Florestal.

Os acordos sobre critérios para o comércio do agrocombustível conduzem ao fim de práticas, como o uso do fogo antes da colheita, o descarte ou uso descontrolado do vinhoto, a informalidade nas relações e a insalubridade das condições de trabalho e a conversão direta de ecossistemas naturais em novas áreas de cultivo agrícola.

Necessária também é a criação de ferramentas de controle e monitoramento da conversão indireta de áreas naturais, pelo conseqüente deslocamento de outras atividades agropecuárias, relacionado ao atual expansão dos canaviais.

O controle social é a única garantia possível de conformidade com critérios mínimos acordados em transações comerciais ou em selos de certificação. No Brasil, ainda no início, a discussão deve envolver:

- Os trabalhadores da cana, com o conhecimento de causa e a capacidade de fiscalizar as áreas de produção;
- Setores organizados da sociedade civil, com capilaridade suficiente para monitorar as realidades regionais diversas.

O processo deve deixar claro as suas finalidades e limitações, definindo a certificação como **estratégia de mitigação**, e descartando seu uso com a conotação de “atestado de sustentabilidade”. A certificação da produção, por definição, não interfere na

demanda, está hoje em acelerada expansão e com características intrínsecas de insustentabilidade.

A estratégia de certificação será sempre complementar. Para evitar ou limitar as práticas monoculturais excessivas, é necessário desenvolver políticas públicas de mitigação dos impactos da expansão em escala da produção de agrocombustíveis. São os casos do zoneamento econômico-ecológico das atividades agropecuárias e das novas diretrizes para o licenciamento ambiental do setor, tanto na sua fase industrial, quanto na da produção agrícola.

O licenciamento pode ser condicionado, por exemplo, ao uso das melhores tecnologias de fertirrigação, ao emprego de tecnologias de co-geração de energia e à comprovação da averbação de reserva legal. Dada a flexibilidade do mercado nacional de terras, forte atenção deve ser dada ao planejamento territorial para garantir a articulação entre as políticas setoriais, como a de abastecimento, reforma agrária, agricultura familiar e combate ao desmatamento.

Portanto, o estabelecimento de critérios mínimos de responsabilidade para as transações comerciais do etanol tem potencial para elevar os padrões do setor às melhores práticas já empregadas, sobretudo visando ao mercado mundial. Entretanto, a responsabilidade voluntária deve ser acompanhada de políticas públicas para direcionar e regular a expansão da produção, também a fim de mitigar seus impactos e conflitos territoriais, além de reforçar e fiscalizar a aplicação das leis nacionais.

Ainda assim, as estratégias, de mercado e políticas de mitigação não são capazes de “sustentabilizar” a acelerada expansão das monoculturas de cana e o comércio mundial de agrocombustíveis, seja pelos limites físicos para a substituição do petróleo, seja pelos limites ambientais do crescimento de um modelo de transporte individual, ineficiente e insustentável, que precisa ser combatido e não valorizado nas nossas sociedades.

* Geóloga, mestre em Geociências, Coordenadora da ONG Núcleo Amigos da Terra/ Brasil

** Físico, coordenador da Iniciativa Cidades Solares, pesquisador associado ao Instituto Vitae Civilis, diretor de projetos do Instituto Ekos Brasil

9. Certificação de pecuária bovina

Alcides de Moura Torres Júnior
Fabiano Ribeiro Tito Rosa
Maria Gabriela Tonini

Além de ser o maior exportador e o segundo maior produtor de carne bovina, o Brasil possui o maior rebanho bovino do planeta. Grande parte do sucesso alcançado pela carne bovina brasileira no exterior se deve aos preços competitivos e à quali-

dade e à sanidade da carne. Trabalhar com custos relativamente baixos é possível quando boa parte da alimentação dos animais é baseada em pastejo (boi de fotossíntese). Essa dieta minimiza também os riscos de ocorrência de doenças, como o mal da vaca louca, por exemplo, que é transmitido por meio de proteína existente em resíduos de alimentos de origem animal.

Esse sistema nacional de produção é característico, pois nenhum outro país tem tanta disponibilidade de áreas agricultáveis e clima favorável para o desenvolvimento de plantas forrageiras.

Com o objetivo de atender às exigências internacionais, monitorar e rastrear o rebanho nacional, o Brasil criou, no início de 2002, o Sisbov (Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos) que, nos últimos cinco anos, passou por alterações e correções, para aprimoramento e adequação às exigências dos compradores.

Apesar das críticas dos pecuaristas sobre os custos da certificação, e a preferência pela identificação por lote ou propriedade, a rastreabilidade Sisbov exige a identificação de cada indivíduo do rebanho.

O Sisbov criou o Estabelecimento Rural Aprovado (ERA) para identificação dos animais e dos insumos utilizados no manejo. A entrada e saída de animais dos estabelecimentos registrados deverão ser comunicadas às certificadoras, que farão a comunicação à Base Nacional de Dados.

Em meados de 2007, a Base Nacional de Dados do Sisbov registra 99,8 mil animais certificados em 189 propriedades. O volume baixo sinalizava lentidão no processo. O total de propriedades à espera da certificação totalizava pouco mais de 2,2 mil fazendas, que devem somar ao sistema 1,5 milhão de cabeças de gado.

Os animais cadastrados no sistema antigo deveriam ser abatidos até o final do ano passado, sob o risco de perderem a rastreabilidade. O rigor deveria aumentar a partir de 2009, quando os animais, para ingressarem em um ERA, deveriam ser provenientes de outro ERA, mas faltam ajustes no sistema, como, por exemplo, o tratamento dos animais destinados a feiras agropecuárias e leilões.

Criado a partir de uma exigência do mercado consumidor, em 1996 o Sisbov passou a ser chamado de Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. Atualmente, apenas o Chile e a União Européia exigem a rastreabilidade. O embargo europeu no início deste ano mostra a necessidade do Brasil se adiantar às novas tendências e consolidar o sistema definitivamente.

Boa parte dos frigoríficos exportadores não compra animais sem estarem rastreados. Essa atitude não é observada apenas em São Paulo (região de pecuária mais tecnificada), mas também nas regiões de fronteira, como Rondônia, por exemplo.

No começo de 2008, a UE paralisou as compras de carne bovina *in natura* brasileira por ter encontrado discrepâncias entre o que deveria ser feito e o que realmente acontecia nas fazendas. A princípio, o número de propriedades que poderiam exportar ao bloco seria limitado a 300 (3% das 10 mil propriedades cadastradas na Base Nacional de Dados do Sisbov até então). Mas, depois de muita discussão, somente 95 fazendas acabaram

tendo a exportação para o bloco liberada, deixando, na prática, as exportações brasileiras paralisadas para esse mercado.

Padrões Internacionais

As normas internacionais padronizam os processos para obtenção dos produtos. A série ISO 9.000 abrange a gestão da qualidade, a série ISO 14.000 se relaciona com a gestão ambiental e, agora, já se fala na ISO 26.000, que trata do tema da responsabilidade social.

O EurepGap (Euro Retailer Produce Working Group) descreve requisitos essenciais de acordo com as Boas Práticas Agrícolas, ou Good Agricultural Practices – GAP, e é um sistema de gestão da qualidade, com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos da indústria alimentícia para atender ao varejo alemão.

A auditoria para a certificação pelo EurepGap avalia alguns elementos, como rastreabilidade, aspectos ambientais, histórico e gerenciamento da propriedade, manejo, reutilização e reciclagem de descartes, segurança e bem-estar dos trabalhadores, dentre outras.

O cumprimento dessas normas permite contra-argumentar que o gado brasileiro destrói a floresta amazônica, pois um dos objetivos do EurepGap é assegurar a qualidade e a inocuidade dos alimentos na produção primária, com foco na produção sustentável.

Enquanto a Austrália, mesmo com as reclamações dos pecuaristas por aumentar os custos de produção, possui um sistema de rastreabilidade em pleno funcionamento, nos Estados Unidos isso não ocorre, nem há sinais de implementação.

Embora os frigoríficos ainda não tenham um programa eficiente de pagamento diferenciado pela arroba do boi gordo certificado, o pecuarista que adota o sistema nota claramente os efeitos benéficos em sua propriedade, seja na administração dos recursos humanos, informações sobre os animais do rebanho, controle de custos, entre outros fatores.

A tendência é o aumento do número de propriedades e produtos certificados que estejam rigorosamente dentro de normas pré-estabelecidas pelos compradores. Mas é preciso que essas normas respeitem as características brasileiras, caso contrário ficarão restritas às boas intenções.

Consultores da Scot Consultoria

Brasil: bovinos abatidos em 2006 e representatividade dos animais rastreados

Bovinos abatidos

44,77

milhões de cabeças

Participação dos rastreados

75,9%

Fonte: IBGE/Scot Consultoria

10. Certificação de biocombustíveis

Peter H. May

O Diretivo Europeu de Biocombustíveis (2003/30/EC), aprovado em 2003, determina a transição para energia renovável pelos 25 países do bloco, com a meta de substituir 5,75% dos combustíveis líquidos até 2010. Essa proporção foi ampliada para 10% até 2020. É um reconhecimento de que a disponibilidade de matérias-primas de origem regional é limitada, e, assim, enfatiza a importância de apoiar a produção agroenergética dos países em desenvolvimento.

Espera-se, assim, que a produção de biocombustíveis possa reforçar políticas que favoreçam uma paisagem agrícola mais sustentável. A influente European Environmental Bureau indica como melhor caminho a certificação ambiental internacional.

Com a revelação dos impactos da produção de biocombustíveis sobre a disponibilidade de alimentos e as preocupações com respeito à eficiência energética e aos impactos indiretos das principais matérias-primas, tais prazos tendem a ser adiados.

No entanto, dúvidas surgem sobre a ampliação das matérias-primas agroenergéticas no Brasil causar pressões indiretas sobre o avanço da fronteira agropecuária. A adesão do setor sucroalcooleiro à Iniciativa Brasileira de Verificação Agropecuária indica a disposição para proporcionar respostas adequadas, mas não atende aos impactos indiretos, mais sensíveis, pela qual há a necessidade de respostas nas políticas públicas.

Em geral, a biomassa e os óleos vegetais produzidos nos trópicos apresentam maior produtividade por unidade de área em relação às mesmas matérias-primas plantadas na zona tempera-

da. Além disso, o etanol da cana-de-açúcar é bem mais eficiente, do ponto de vista energético, do que, por exemplo, o do milho ou o da beterraba.

O acesso aos mercados internacionais implica observar padrões mínimos de qualidade do produto. Previstas na regulamentação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre biodiesel, as normas de qualidade especificam que “para a comercialização, seja exigido o Certificado de Qualidade de acordo com a especificação brasileira para biodiesel em laboratório próprio ou terceirizado”. Faltam, ainda, normas para comercialização dos produtos no exterior.

Comparados ao petróleo, os biocombustíveis também apresentam vantagens relativas ao desenvolvimento regional e emprego. Do ponto de vista econômico, produzido localmente, podem baratear os custos de distribuição. Também empregam mais trabalhadores, em geral os menos qualificados, na sua produção. Embora não provoque emissão de óxidos de enxofre, a tecnologia de queima da cana, antes da colheita, gera grande volume de poluição particulada, com prejuízo para a saúde de milhares de pessoas.

Apesar das vantagens, as empresas que produzem biocombustíveis, em geral, não possuem certificação sobre a qualidade do seu processo produtivo. Segundo o Inmetro, poucas empresas de açúcar e álcool no País têm se adequadado ao padrão ISO 14.000, que indica progresso na gestão ambiental.

Com respeito à tecnologia e às relações sociais de produção de biocombustíveis, o Selo Combustível Social, lançado em 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, estabelece critérios específicos para a distribuição de incentivos regionais, visando à aquisição de matérias-primas de agricultores familiares em regiões mais pobres. Empresas produtoras devem celebrar contrato de fornecimento com agricultores familiares, especificando prazo de vigência, valor e reajuste de preço de compra, condições de entrega, salvaguardas e aval de representante dos fornecedores, além de assegurar assistência e capacitação técnica aos produtores.

Embora tais critérios possam assegurar maior distribuição regional e entre grupos sociais dos benefícios da expansão da produção do biocombustíveis, tais normas precisam ser efetivas. A adoção de princípios e critérios para certificação socioambiental de forma independente e verificável pelos agentes da cadeia pode ser exigida como elemento de uma estratégia de inserção no mercado internacional.

Há questionamentos quanto aos potenciais impactos da expansão em grande escala do cultivo de cana-de-açúcar e de oleaginosas. Assim, considera-se que a certificação socioambiental de biocombustíveis seja um meio viável de satisfazer as preocupações dos consumidores. Deve-se levar em conta, contudo, que a ênfase deve recair sobre a certificação da cadeia produtiva das matérias-primas agroenergéticas, uma vez que essas são frequentemente utilizadas também na produção de alimentos, não sendo possível identificar, por exemplo, a fração da cana que será transformada em etanol ou da soja que vai gerar biodiesel.

Balanco energético e produtividade das principais fontes de bioenergia

Matéria-prima agrícola	Balanco Energético Fóssil	Produtividade
Óleo de dendê (biodiesel)	± 9	3 – 6 t óleo/ha
Óleo de cozinha reaproveitado (biodiesel)	5 – 6	-
Soja (biodiesel)	± 3	0,2 – 0,4 t óleo/ha
Mamona (biodiesel)	n.d.	0,5 – 0,9 t óleo/ha
Girassol (biodiesel)	n.d.	0,5 – 1,9 t óleo/ha
Colza (biodiesel)	± 2,5	0,5 – 0,9 t óleo/ha
Petróleo (diesel)	0,8 – 0,9	-
Cana-de-açúcar (etanol)	± 8	6.000 litros/ha
Trigo, beterraba (etanol)	± 2	5.000 litros/ha
Milho (etanol)	± 1,5	3.000 litros/ha
Petróleo (gasolina)	0,8	-

Relação entre a energia gerada pelo biocombustível e a energia fóssil necessária para sua produção. Fonte: Worldwatch Institute, 2006; Faesp, 2003.

De outro lado, a priorização dos combustíveis líquidos, agora renováveis, decorre da opção pelo transporte rodoviário, no qual predomina a mobilidade independente e individual, que continuará produzindo efeitos adversos sobre a paisagem e os recursos naturais cortados pelas vias de transporte. Em última instância, não só a fonte de energia, mas esse próprio modelo deve ser repensado.

CPDA-UFRJ/Amigos da Terra-Amazônia Brasileira

11. Certificação de café

Cássio Franco Moreira

O mercado cada vez mais demanda produtos agrícolas certificados. Os países do Primeiro Mundo, principalmente, exigem informações nos produtos sobre o processo produtivo e a origem, visando tanto à sustentabilidade sócio-ambiental como à qualidade intrínseca do produto. Na cafeicultura, isso se repete, provavelmente sendo o segmento agrícola nacional mais evoluído quanto à certificação.

A cadeia produtiva do café, segunda *commodity* mundial, somente atrás do petróleo, movimenta US\$ 70 bilhões por ano. O consumo de cafés especiais certificados aumenta a taxas de 12% ao ano, enquanto o consumo de cafés *commodity* cresce a taxas de 1,5% ao ano.

O Brasil, apesar de ser o maior produtor e exportador mundial de café, sempre se posicionou no mercado de forma competitiva, mais por volume e preço que por qualidade. Entretanto, nos últimos dez anos o setor tem atuado fortemente, divulgando e comprovando a qualidade do café nacional. Isso elevou o preço do produto e aumentou a exportação e o consumo interno. A certificação contribui nesse sentido.

Diferentes certificações de café estão presentes na cafeicultura brasileira: Orgânica, Fair Trade (FT), Utz Kapeh (UK), Rain Forest Alliance (RA) e BSCA – Associação Brasileira de Cafés Especiais. Cada uma cobre diferentes aspectos, e os respectivos produtos finais possuem características distintas. Importante é expor essas características aos produtores e consumidores para que ambos estejam bem informados para tomar sua decisão de forma clara.

O acompanhamento das certificadoras é feito por auditoria por meio de uma empresa ou associação acreditada por normas nacionais ou internacionais. Todo o processo produtivo da unidade é acompanhado por intermédio de visitas periódicas de surpresa (no caso de orgânico). São monitorados os insumos, as técnicas de produção, a produtividade, as vendas, os estoques e a rastreabilidade, além de aspectos sociais e am-

bientais. Embora importados, há uma preocupação de adaptação dos padrões de certificação à realidade brasileira por parte das certificadoras nacionais.

A certificação orgânica foi a primeira a ocorrer na cafeicultura brasileira, em 1990. Há exigência de abolição de agrotóxicos e adubos químicos solúveis. A finalidade é obter um produto final limpo, em conformidade com um processo de produção não-agressivo a trabalhadores e ao meio ambiente. Também cobra aspectos sociais e ambientais de seus projetos.

A certificadora orgânica IBD (Instituto Biodinâmico), em 2004, passou a oferecer a certificação Eco Social a seus clientes. A certificação FT é destinada a pequenos produtores de café, organizados em associações ou cooperativas, com a prioridade de garantir preço mínimo que cubra o custo de produção e propicie melhorias na qualidade de vida do produtor. Agroquímicos muito tóxicos não são permitidos, e a produção orgânica do café é estimulada.

A certificação UK busca, principalmente, responder a duas perguntas: (a) de onde veio o café? e (b) como foi produzido? Portanto, enfatiza a rastreabilidade do produto e o monitoramento dos insumos utilizados, por meio de registros detalhados de transporte, manuseio e aplicação de defensivos agrícolas. A certificação RA visa a critérios sócio-ambientais rígidos com ênfase na preservação e recuperação das áreas de vegetação nativas.

O destino dos cafés certificados é principalmente o mercado internacional. Apenas o café orgânico apresenta volume considerável no mercado interno. Números mostram grande crescimento na comercialização de cafés certificados, sendo que os Estados Unidos importaram 320.000 sacas de café orgânico em 2005, quantidade 23% superior a de 2004.

Os preços dos cafés certificados são superiores ao da *commodity*. Os prêmios para os cafés certificados, em US\$ por libra peso, podem ser verificados na tabela a seguir. A variação dos prêmios dentro de cada certificação é devida à qualidade do produto, país e região de origem, oferta e demanda, bem como país de destino. Em períodos de baixas cotações da *commodity*, os cafés orgânicos e FT chegam a ser vendidos com ágios de até 250%, podendo-se afirmar que são economicamente vantajosos, principalmente nos períodos de crise do setor produtivo.

A certificação de café no Brasil tem contribuído muito para a organização interna das propriedades, bem como apresentado consideráveis melhorias socioambientais na sua produção. Capacitação e melhoria da qualidade de vida dos funcionários, melhoria do sistema gerencial, redução na utilização de agroquímicos, aumento da biodiversidade e da eficiência do uso da água, além de agregação de valor ao produto são os resultados mais significativos. A certificação na cafeicultura nacional continuará em crescimento, e seus benefícios, aos poucos, estão chegando à sociedade.

Engenheiro agrônomo, MSC em Ecologia de Agroecossistemas
Diretor-presidente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (Acob)
Produtor de café orgânico – Fazenda Jacarandá
E-mail: organicassio@uol.com.br

Brasil: projetos certificados no Brasil e prêmios recebidos pelos produtores

Certificação	ha	Sacas de 60kg (2006)	Projetos	Produção média/propriedade em sacas de 60kg	Prêmio em US\$/lb
Orgânico	6.000	60.000	100	600	0,3-1,0
Fair Trade (incluído FT Orgânico)	2.000	20.000	10 projetos = 400 propriedades	50	0,3-1,0
Rain Forest Alliance	9.703	300.000	12	25.000	0,1-0,4
Utz Kapeh	37.813	800.000	91	8.790	0,05-0,2

Fonte: ACOB, FCO, Imafiora, VTZ Kapeh

12. Certificação da Suinocultura

Daniela Bacchi Bartholomeu*
Silvia Helena Galvão de Miranda**

A atividade da suinocultura no Brasil apresentou forte crescimento nos últimos anos. Entre 2000 e 2007, a produção e a exportação aumentaram 16,3% e 269,6%, respectivamente (Cepa, 2005). A Rússia é o principal destino da carne suína brasileira, consumindo quase 65% do volume exportado em 2005.

A Região Sul responde por quase 60% da produção e 85% das exportações (Abipecs, 2007). Na região, predominam pequenas propriedades integradas às agroindústrias. Assim, as empresas de abate e processamento determinam os diversos critérios a serem obedecidos pela granja quanto ao sistema produtivo e à garantia de qualidade.

Por isso, na agroindústria, não se fala em “selo” ou “certificação”. Cada uma apresenta seu sistema de gerenciamento da qualidade do produto e do processo, de acordo com sua diretriz específica, conforme as exigências do mercado a que pretende atender. O papel do setor varejista é determinante para a difusão dos processos de certificação nessa cadeia.

A certificação favorecerá a abertura de mercados externos e a desmitificação do produto para o consumidor nacional. Estudo no mercado de carne suína de Belo Horizonte apontou que o consumidor ainda associa a carne suína a excesso de gordura e a transmissão de doenças. Ademais, como a população em geral desconhece a função da rastreabilidade e da certificação, ações de *marketing* são necessárias para eliminar o preconceito e viabilizar a certificação.

As grandes agroindústrias têm investido em processos de certificação diversos, relacionados ao meio ambiente, qualidade e responsabilidade social, tais como ISO 14001, ISO 9001, OHSAS 18001. Mais recentemente, foi criada a ISO 22000, sobre segurança do alimento, que tem na rastreabilidade do produto, desde a origem até o consumidor final, um de seus elementos principais.

Selo Suíno Paulista

No segmento produtivo, existe uma iniciativa referente à Norma de Padrões Mínimos de Qualidade para Carne Suína como base

para Certificação de Produtos pelo Sistema de Qualidade de Produtos Agropecuários do Estado de São Paulo. Em 2004, a Associação Paulista de Criadores de Suínos (APCS), juntamente com a Câmara Setorial da Carne Suína, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, elaborou o Selo Suíno Paulista. É um certificado de origem que garante condições de qualidade para suínos nascidos, criados e terminados no estado, destinados ao abate.

O selo contempla aspectos da atividade produtiva, dentre eles cuidados com o processo produtivo, assim como aspectos éticos (preservação ambiental, segurança do trabalho e mão-de-obra infantil) envolvidos nas diferentes etapas, desde o nascimento até o transporte do animal para o abate. Embora não seja um selo estritamente ambiental, a norma considera importantes os aspectos relativos ao manejo de dejetos, ao tratamento de efluentes e à manutenção das áreas de preservação permanente. Os processos de auditoria e certificação são feitos pela Fundação Vanzolini.

O programa foi implantado em duas granjas. Na de implantação mais antiga (Granja Água Branca, 2004), os executores consideram que a principal vantagem do selo foi interna à propriedade, ou seja, resultou num gerenciamento mais empresarial e numa melhoria evidente no processo produtivo e na produtividade. Além disso, há outros benefícios, como a garantia do produto, através da rastreabilidade do animal até o frigorífico; a incorporação de princípios de responsabilidade sócio-ambiental, segurança do trabalho e respeito ao bem-estar animal. Finalmente, também proporcionou um diferencial de mercado, facilitando a obtenção de selo como o Garantia de Origem, do Carrefour, e bonificação de parte da produção.

Espera-se que o processo de certificação atinja 30% do plantel do estado (em torno de 33 mil matrizes), o que facilitaria o *marketing* com o consumidor final, destacando a garantia e a rastreabilidade do produto.

Brasil: produção e exportação de carne suína (mil t)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	2.556	2.730	2.872	2.696	2.620	2.708	2.885*	2.973
Exportação	135	260	476	491	508	625	525	499
Exp/prod.	5,3%	9,5%	16,6%	18,2%	19,4%	23,1%	18,3%	16,8%

Fonte: produção ABCS (2007) e exportação Secex

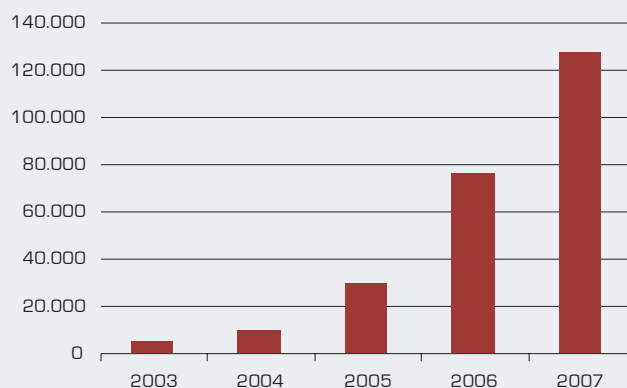
A cadeia da carne suína ainda carece de diretrizes e padrões produtivos básicos, os quais vêm sendo desenvolvidos pela ABCS na ABNT. Dessa forma, certificações do processo produtivo ainda não são comuns no sistema agroindustrial, mas tendem a se tornar uma realidade a partir da experiência positiva do Selo Paulista.

A adoção de um selo com diretrizes ambientais, sociais e sanitárias eleva não só a eficiência produtiva, mas também a gerencial, trazendo ainda inúmeros benefícios relacionados à garantia de qualidade do produto e à rastreabilidade, o que aumenta a confiança do mercado. Acredita-se que as granjas certificadas passarão a ser mais prestigiadas pelo consumidor interno e externo, agregando valor ao produto.

* Doutora em Economia Aplicada e Pesquisadora do Cepea/Esalq/USP. Consultor-técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável

** Professora da Esalq e pesquisadora do Cepea/Esalq/USP.

Vendas de café verde certificado com o selo Rainforest Alliance Certified (sacas 60 kg)



Fonte: RA

13. Experiência internacional

Laura de Santis Prada

Nascida há pelo menos três décadas a partir da necessidade de produtores europeus garantirem a origem de seus produtos, tomando como exemplo os produtores de vinhos franceses da região de Champagne e Bordeaux, a certificação agrícola ao longo do tempo diversificou-se e cresceu.

Com o crescente interesse internacional, a certificação agrícola atingiu outros públicos e interesses, compondo um cenário atual de inúmeros selos com diferentes mensagens, envolvendo um sem número de certificadoras e organismos de certificação, organizados pelos mais diversos movimentos de diferentes setores, tais como a sociedade civil organizada, o movimento ambientalista, governos e setores do comércio e da indústria.

Os certificados na área agrícola tratam tanto de questões específicas da qualidade do produto, como segurança sanitária e presença ou não de componentes transgênicos, quanto de questões relacionadas ao processo produtivo e a todos os possíveis impactos ambientais e sociais gerados pela atividade agrícola.

Assim, encontramos no mercado desde produtos orgânicos, passando por produtos de comércio justo e solidário, ou *fair trade*, até certificados específicos para determinados temas como a série SA 8000, que focaliza a questão dos trabalhadores. Há também iniciativas específicas para as grandes *commodities* agrícolas, como a Round Table da Soja, iniciativa motivada pelo avanço da cultura nas áreas de floresta primária da Amazônia, tendo sido liderada pelo movimento ambientalista

Iniciativas internacionais e nacionais

Historicamente, a certificação foi usada pela sociedade civil organizada, leia-se: movimento social, ambiental e grupos de produtores e consumidores, como ferramenta de promoção de mudanças e transformações positivas no cenário da atividade produtiva e comercial. Foi assim que se criou um dos mais bem sucedidos sistemas de certificação existentes hoje no mundo, O FSC- Forest Stewardship Council, um selo concedido àqueles que exploram de forma manejada os recursos florestais.. O FSC em pouco tempo ganhou reconhecimento e legitimidade e tornou-se um exemplo de fórum democrático de debate e geração de diretrizes e padrões para o manejo de florestas.

Alguns anos após o lançamento do FSC, um conjunto de indústrias do setor florestal brasileiro, sobretudo do ramo de papel e celulose, apoiados pela SBS (Sociedade Brasileira de Silvicultura) tomou a iniciativa de criar um selo alternativo ao FSC. Foi então lançado o Cerflor, em 2002, com amplo apoio da imprensa e também da Presidência da República.

Da mesma forma, há poucos anos, a Associação Alemã do Café e a GTZ, uma agência alemã de cooperação internacional, lideraram a construção do 4Cs do café – o Common Code for Coffee Community, uma norma que estabelece regras para o desempenho social, ambiental, e sobretudo técnico, na produção de café. Grupos de produtores questionam os reais objetivos do 4Cs e o acusam de estabelecer metas de melhoria na qualidade do produto – bastante interessante para a Alemanha, que, apesar de não produzir um único grão de café, é a maior torrefadora e processadora de café do mundo – sem, no entanto, oferecer nenhuma vantagem ou apoio aos produtores, nem mesmo estabelecer um preço mínimo para a compra do produto. Assim, o 4Cs e diversos outros selos de certificação agrícola, principalmente os originados de iniciativas do setor industrial e apoiados pelos governos, são acusados de servirem a propósitos de proteção de mercado e como barreiras alfandegárias

e ganhado adesão de entidades do governo, pesquisa, movimento social e indústria.

A questão que se coloca, diante desse crescimento e diversificação da certificação agrícola no mundo todo é a que interesses e propósitos as certificações vêm atendendo?

O interesse internacional pela certificação agrícola está em crescimento e, junto, também aumenta a disputa pela governabilidade desses processos. A mesma ferramenta capaz de catalisar transformações sociais e ambientais no campo pode ser usada como forma de controle, restrições e aumento da injustiça no mercado internacional. Como citou o ex-ministro Roberto Rodrigues “*Se não criarmos nossa estrutura, vamos ter que engolir critérios importados*”. Se não usarmos os espaços democráticos e legítimos de consolidação da certificação como ferramenta de promoção de sustentabilidade ambiental e equidade social, veremos o reverso da moeda, e as leis de mercado mais uma vez tomar posse do processo.

Sócia-diretora da Ecossistemas Design Ecológico Consultoria.
Consultora em sistemas de monitoramento e certificação.

neladas. Nos anos oitenta, os trabalhadores conquistaram um piso de 2,5 salários mínimos, equivalente a R\$950,00 (salário mínimo de 2007), contra o piso salarial médio atual da categoria de R\$460,00.

Um novo período de expansão do complexo canavieiro, sem controle social, não significará, necessariamente, melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores nem mitigará os efeitos ambientais perversos – portanto, não reduzirá os passivos trabalhista e ambiental do segmento. O Brasil deve aproveitar a expansão da atividade para reduzir os passivos ambientais e trabalhistas. Isso significará, do ponto de vista trabalhista, um novo progresso histórico, no qual a produtividade e a lucratividade aumentam a qualidade e as condições de vida e trabalho dos milhares de cortadores de cana.

A simples adoção de certificações sociais e ambientais não é o único caminho para a eliminação dos passivos. Isso porque, no Brasil, diferentemente de outros países, ainda faltam ferramentas sociais que possam fiscalizar o cumprimento das certificações. Tudo dependerá de uma ação da sociedade civil, condicionando a expansão do cultivo da cana à melhoria das condições de vida e trabalho e à mitigação dos efeitos ambientais nocivos da atividade.

Professor associado do DEP/UFSCar. E-mail: chiquinho@dep.ufscar.br

14. Passivos sociais e ambientais

Francisco Alves

O complexo agroindustrial canavieiro entrou, a partir de 2003, em mais uma de suas fases de expansão cíclica. A nova fase guarda semelhanças com a fase áurea do Proálcool, das décadas de 70 e 80. Tanto naquela época, como agora, o produto do complexo que puxa a expansão é principalmente o álcool. Uma outra semelhança é o aumento da área plantada com cana e o crescimento da demanda por trabalhadores rurais.

Os trabalhadores incorporados são volantes, contratados por safra (oito meses por ano) e, ainda, em várias regiões, sem os direitos trabalhistas garantidos. Em sua maioria, são migrantes vindos de regiões cada vez mais distantes. São submetidos a um processo de trabalho precário, que não raras vezes leva a doenças derivadas do trabalho e, no limite, à morte por exaustão. Por isso, é dos setores com um dos maiores passivos ambiental e trabalhista do Brasil.

Embora tenha se modernizado, no complexo ainda há indústrias com dicotomia interna, pois, de um lado, existe o que há de mais moderno na produção agrícola e industrial de cana, açúcar e álcool, mas, de outro, são mantidas relações de trabalho, na sua parte agrícola, próximas ao que há de mais atrasado no mundo, os contratos de trabalho precários.

O crescimento do passivo trabalhista pode ser creditado ao crescimento da produtividade do trabalho e à redução dos salários pagos. Na década de oitenta, um trabalhador cortava em média 6 toneladas de cana por dia de trabalho, mas hoje declararam 12 to-

15. Agropecuária e mudanças climáticas

Magda Aparecida de Lima

O uso intensivo dos solos, a criação de ruminantes em grandes rebanhos, o manejo de dejetos animais e o cultivo de arroz em campos inundados são algumas atividades agrícolas que contribuem para as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em termos globais.

O metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O) são os principais gases de efeito estufa relacionados diretamente à atividade agropecuária. Somente a pecuária contribui globalmente com 80 Teragramas (1 Tg corresponde a 1 milhão de toneladas) de CH_4 por ano para a atmosfera, o qual possui um potencial de aquecimento de 21 vezes o do dióxido de carbono (CO_2) (UNFCCC, 2005) com vida útil de 14 anos na atmosfera num horizonte de 100 anos (IPCC, 1995).

O óxido nitroso (N_2O), em parte originado por processos microbiológicos em solos agrícolas, tem:

- Potencial de aquecimento global equivalente a 310 vezes o do CO_2 (UNFCCC, 2005);
- Vida útil na atmosfera estimada em 120 anos (IPCC, 1995);
- Concentração na atmosfera de, aproximadamente, 317 ppbv (parte por bilhão em volume), em comparação a 275 ppbv em 1990.

Estratégias de mitigação

Entre as estratégias mais discutidas para a possível mitigação de CH_4 pela fermentação entérica de ruminantes estão:

1. o aumento da produtividade animal, com vacinas e agentes inibidores de metanogênese, uma forma de reduzir as emissões de CH_4 por unidade de carne ou leite produzido;
2. a manipulação do ecossistema microbiano ruminal;
3. a manipulação da dieta;
4. uso de antibióticos.

A tendência de aumentar as concentrações de óxido nitroso nas próximas décadas decorre do crescente consumo de fertilizantes nitrogenados na agricultura. As tecnologias disponíveis para a melhoria do manejo de nitrogênio, e redução das emissões N_2O , incluem a aplicação de fertilizantes em níveis adequados, uso de culturas de cobertura ou de entressafra para recuperar o N residual, uso de fixação biológica de nitrogênio, com potencial redução de emissões de gases no processo de síntese e transporte de adubos nitrogenados.

Além de criar novas frentes de emprego e propiciar maior valorização ambiental e de produtos, constituem medidas importantes nos âmbitos de governo e sociedade.

- Recuperação de áreas degradadas, por meio de florestamento e reflorestamento;
- Difusão de boas práticas de preparo e manejo do solo;
- Sistemas mais sustentáveis de produção;
- Utilização de resíduos vegetais e animais para geração de energia e outros fins.

No âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), as atividades relacionadas com o uso da terra contam hoje com várias metodologias de base aprovadas. Essa categoria de projeto pode ser importante para o setor agropecuário, pois a degradação de grande parte de áreas no País é atribuída ao uso histórico de pastagens sob manejo extensivo e a áreas agrícolas abandonadas.

Ecóloga, doutora em Geociências, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente
E-mail: magda@cnpma.embrapa.br

domina a cena da produção energética mundial, especialmente desde o início do século 20.

Tanto a atividade florestal como a agrícola dependem essencialmente de um ambiente saudável para se sustentarem. Assim, o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade e a capacidade de sua gente, no conjunto, constituem o capital mais precioso de um país disposto a promover a sua sustentabilidade.

De fato, essa preocupação ultrapassa fronteiras. O olhar do mundo para os produtos consumidos não está, como antes, apenas voltado para as qualidades intrínsecas do produto. Agora envolve a questão do modo como foi obtido, em especial os impactos sociais e ambientais da produção.

Foi para ajudar o consumidor a escolher os produtos na compra, considerando, também, a forma de sua produção, que surgiu a certificação socioambiental. Ela procura identificar se os produtos foram obtidos de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável. O sistema pioneiro desse tipo de abordagem é o FSC – Forest Stewardship Council, para atestar se a matéria-prima florestal contida em produtos vem de florestas bem manejadas.

O FSC ilustra bem os pilares de um sistema de certificação com credibilidade com o consumidor:

- (i) é independente, ou seja, o sistema de avaliação não é controlado por governos e por nenhum dos setores interessados (ambiental, econômico ou social);
- (ii) é voluntário e, portanto, pode ter padrões que se destacam do *business as usual*;
- (iii) procura o equilíbrio entre os diferentes interesses sociais, econômicos e ambientais;
- (iv) possui princípios e critérios universais, ao mesmo tempo em que permite indicadores adaptados às diferentes realidades locais;
- (v) controla a origem do produto.

Atualmente, no Brasil e no mundo, várias iniciativas de certificação socioambiental para produção agrícola e pecuária são discutidas, como a Rede de Agricultura Conservacionista (CAN), os sistemas de certificação orgânica organizados por meio da Ifoam, os movimentos de Comércio Justo e Solidário (no Brasil, organizados por intermédio do Instituto Fapes), e, mais recentemente, a Iniciativa Brasileira sobre Verificação da Atividade Agropecuária.

Pelas características do processo de certificação com a credibilidade necessária, o Poder Público não deve ter um envolvimento para controlar os sistemas de certificação, porém pode apoiar de forma decisiva a existência de tais sistemas mediante mecanismos de normatização, indução e fomento.

A normatização é importante para diminuir o número de mensagens ao consumidor e tornar mais claro o significado da própria certificação. Isso vale tanto para as normas que os produtores devem seguir para ser certificados, quanto para as normas que devem ser seguidas pelo certificador. O Inmetro pode cumprir uma função estratégica nesse sentido, definindo regras

16. O Poder Público e a certificação

Tasso Azevedo*
Sandra Faillace**

As atividades agrícola e florestal sempre estiveram ligadas às necessidades mais básicas da população mundial como, por exemplo, a produção de alimentos e a geração de energia. Mais recentemente, essas explorações tiveram sua importância reforçada com os primeiros sinais da escassez do petróleo, insumo que

de credenciamento – também com a participação de todos os setores interessados – e credenciando certificadores.

De outro lado, o governo pode ser um indutor da certificação ao promover os produtos certificados por meio de políticas de compras públicas, condições especiais de crédito para propriedades e produtores certificados, assistência técnica e financiamento para produtores atingirem a certificação, entre outras iniciativas.

Aos governos federal e estaduais cabe também o papel fundamental de fiscalizar e garantir a legalidade das propriedades agrícolas e disponibilizar as informações necessárias para a sociedade acompanhar de forma transparente a fiscalização e seus resultados.

Um dos projetos em curso mais importantes são os portais de licenciamento ambiental e o de gestão florestal, que disponibilizam ao público as informações sobre licenciamento e fiscalização ambiental das propriedades rurais no Brasil.

É do interesse do Brasil que as produções agropecuária e florestal sejam feitas em bases sustentáveis, tanto para garantir uma posição brasileira forte e segura no mercado mundial de produtos agrícolas, como para garantir uma ambiente saudável para a geração presente e as gerações futuras. A promoção de sistemas de certificação socioambientais independentes é seguramente um catalisador de processos para esta sustentabilidade.

* Diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro

** Gerente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

17. Certificação: uma agenda positiva

Samuel Ribeiro Giordano

As tendências e exigências dos consumidores globalizados, informados à velocidade da luz, necessitam de respostas na forma de garantias, pois não têm acesso direto aos processos de produção.

Muitas dúvidas e perguntas referem-se aos custos envolvidos nas certificações. Claro que eles serão compartilhados e repassados, na medida do possível, para os diversos segmentos envolvidos nos sistemas de produção. Muitos alegam que os custos serão repassados e pagos pelo consumidor. Porém, há casos de segmentos que se envolvem em procedimentos de conquista de qualidade, e distribuem os custos entre eles.

Um exemplo são as nações perdedoras da Segunda Guerra Mundial, em especial a Alemanha e o Japão. Destruídas pelo conflito, realizaram verdadeiras odisséias na busca do resgate da economia, da indústria, da agricultura e da qualidade de vida de seus povos. Esse esforço coletivo durou mais de 25 anos e repre-

sentou um custo pago por toda uma geração, de modo que as gerações futuras desfrutassem de um alto padrão de vida.

A geração de homens e mulheres do pós-guerra investiu tempo, força de trabalho, recursos financeiros e boa vontade nas gerações futuras. Desenvolveram curvas de aprendizado, que permitiram automóveis populares por meio de linhas de produção de baixo custo e qualidade razoável. Mas isso levou mais de 15 anos para acontecer.

Houve época em que os manufaturados japoneses eram sinônimos de falta de qualidade. Muitas gerações do pós-Segunda Guerra Mundial conviveram com artefatos da indústria alemã, que também não eram sinônimos de qualidade. Hoje, a indústria automobilística japonesa domina tecnologicamente os mercados mais exigentes. Os produtos alemães despontaram, outra vez, como ícones de qualidade e confiabilidade.

Nesse ponto, é importante registrar que a certificação é um processo. Não se deve pensá-lo como atitudes isoladas e pontuais. É um conjunto de ações que se iniciam com a conscientização do problema, passa pela normatização técnica e avança nos procedimentos operacionais, administrativos, registros, relacionamento com a sociedade, entre outros procedimentos importantes.

A certificação é fruto de um processo de (re)organização da propriedade ou empresa, conquistada por meio de esforços dos diversos níveis do empreendimento. Não é um produto que se compra na prateleira.

Com todo o sentido, a pergunta a ser feita é se já não é tempo de o Brasil investir esforços, aprendizado, conhecimentos e recursos financeiros, para assegurar às nossas gerações futuras meios de produção sustentável e credibilidade nos mercados mundiais de alimentos e fibras. Não basta ao Brasil ser o primeiro do *ranking* de vários produtos agroindustriais, se os investimentos não forem feitos, já. A garantia que poderá ser dada aos consumidores mundiais e locais, por intermédio da certificação de práticas socioambientais responsáveis, exige que esse investimento seja feito agora.

Na verdade, a mudança de postura em direção à responsabilidade requer um grande debate. É necessário compreender desde questões relacionadas ao carbono até o difícil diálogo sobre os rumos responsáveis e sustentáveis do desenvolvimento humano. Atitudes coletivas a serem tomadas hoje poderão gerar benefícios para o conjunto de atores que labutam no agronegócio. Certamente, a transformação também trará resultados positivos no futuro. A certificação como instrumento de mudança, criada com critérios nacionais factíveis e para atender aos anseios internacionais dos consumidores, como fruto de uma ampla negociação, poderá viabilizar, no presente e no longo prazo, o grande negócio do Brasil que é o agronegócio. Que tal investir na idéia?

Pesquisador do Pensa – Centro de Conhecimento em Agronegócios
Consultor Técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável
Fellow do Programa Lead International – Leadership for Environment and Development. E-mail: srgiorda@pensa.org.br



Fórum Abag

Reforma tributária e os impactos no agronegócio

A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Agribusiness realizou no dia 28 de maio último o seu 11º Fórum, para tratar da reforma tributária e de seu impacto no agronegócio, que, na agenda do setor, é um dos temas sensíveis e de máxima prioridade. Do lado do mercado interno, reflete no custo e no acesso da população a bens básicos como alimentos. Externamente, no grau de competitividade do País para intensificar suas exportações.

Agroanalysis captou as principais informações apresentadas e analisadas durante o evento. O universo de bens e serviços abrange 400 mil itens. Cerca de dez deles representam quase dois terços do volume arrecadado. Há muito tempo é total a concordância em relação à necessidade de se promover a reforma tri-

Principais pontos da proposta da Reforma Tributária

- 1) Criação de um tributo único: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que incorpora os tributos; Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustível) e do salário-educação.
- 2) Incorporação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para se transformar em um único imposto sobre o lucro.
- 3) Unificação das legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para acabar com a guerra fiscal. Atualmente, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal têm regras específicas para o imposto.
 - 3.1) Cobrança do ICMS no estado de destino do produto, com manutenção de apenas 2% da alíquota do tributo no estado de origem.
 - 3.2) Período de Transição para aplicação das novas regras para o ICMS.
 - 3.3) Criação de um fundo de equalização de receitas compensaria possíveis perdas de arrecadação em alguns estados.
- 4) Prevê a manutenção de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Serviços (ISS), este último de competência dos municípios.

butária. Se o governo apresentou a sua proposta, a sociedade deve aproveitar o máximo. Uma reengenharia no sistema do ponto de vista de promover a justiça e o desenvolvimento nacional.

11º Fórum Abag

Carlo Lovatelli*

O FÓRUM Abag é uma iniciativa que tem dado certo por duas razões:

- a primeira, pelo prestígio com a presença marcante de um plenário seleto e de alta qualidade;
- a segunda, pelos temas trazidos para discussão.

Estamos na 11ª versão do evento. Falaremos de um assunto que toca sobremaneira a vida cotidiana das empresas: a reforma tributária e seu impacto no agronegócio. O setor faz a cada ano a sua inserção internacional e esse tema, em particular, afeta a sua competitividade.

Como é do conhecimento geral, o ministro da Fazenda Guido Mantega encaminhou, em 28 de fevereiro deste ano, ao Congresso Nacional, o texto da PEC (proposta de emenda à Constituição), com o objetivo de fazer alterações no sistema tributário brasileiro.

O presidente da Comissão que estuda o tema no Congresso é o deputado Antonio Palocci, do Partido dos Trabalhadores, de São Paulo. O relator é o deputado Sandro Mabel, do Partido da República, de Goiás.

Ao longo desses 15 anos de existência, a Abag sempre priorizou a questão, que afeta sobremaneira a competitividade das suas cadeias produtivas.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) apresenta dados e fatos que assustam o mais simples cidadão. Em 2007, a arrecadação do governo por meio de imposto chegou a 36,08% do Produto Interno Bruto (PIB).

O IBPT calcula que, desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, até

o final de 2007, foram promulgadas 3,6 milhões de normas no Brasil, ou seja, 523 normas por dia.

A quantidade de normas é tão grande que ficamos com a sensação de que ninguém conhece a legislação em nenhum dos campos.

A área tributária é uma das que mais sentem o reflexo do número excessivo de normas. O levantamento do IBPT revela que o total de normas editadas, 6,5%, ou 235,9 mil, se referem à área tributária. Isso significa 34 normas só para tratar de tributos por dia. A cada hora são editadas mais de duas normas tributárias.

No Brasil, o custo para fazer a administração tributária supera em mais de dez vezes a de outros países. Cada norma tributada editada, em média, possui 11,2 artigos. Cada artigo possui 2,3 parágrafos, 7,4 incisos e 0,98 alínea. Assim, foram editados nesses 19 anos 2,6 milhões de artigos, 6,1 milhões de parágrafos, 19,7 milhões de incisos e 2,6 milhões de alíneas.

São 56 tributos entre impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. Uma companhia gasta, em média, 2.600 horas por ano somente para atender a todas as obrigações do Fisco.

A própria discussão da reforma tributária traz dificuldades. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) não quer renovar os convênios com prazos maiores. É o caso do convênio ICMS 100, que trata da redução da carga tributária dos insumos essenciais para a produção de alimentos básicos. O convênio foi prorrogado para dezembro, mas, agora, antecipado para 1º de julho. Isso tudo, às vésperas do plantio da nova safra, traz confusão e o risco do produtor arcar com mais custo.

Bem, temos muitos assuntos para discutir. Para tanto, trouxemos três palestrantes, com conhecimento e experiência sobre o complexo tema da tributação. Eles, certamente, trarão informações bem interessantes.

* Presidente da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness

Crescimento com inclusão social

Luiz Carlos Hauly*

TRABALHO NO tema há 21 anos, desde que fui secretário da Fazenda do Paraná, de 1987 até 1990. Participei da Assembléia Nacional Constituinte, como secretário da Fazenda, no apoio dos estados e dos municípios.

Naquela oportunidade, tivemos um grande embate. A União saiu derrotada pelos constituintes favoráveis à descentralização dos recursos. Ali começou a agravar-se o problema do sistema tributário brasileiro.

O Fundo de Participação dos Estados e Municípios conquistou uma quota, parte significativa da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto de Produto Industrializado (IPI). Saíram antigos impostos únicos federais e entrou o ICMS.

Discutimos um ordenamento tributário para o País. O Instituto de Pesquisa Econô-

Base tributária	R\$ Milhões	Total (%)	PIB (%)
1. Propriedade			
IPVA	7.004	1,48	0,53
IPTU	5.639	1,19	0,43
ITBI	1.621	0,34	0,12
ITCD	517	0,11	0,04
ITR	189	0,04	0,01
Sub-total (1)	14.970	3,16	1,13
2. Renda			
IR	88.530	18,68	6,70
CSLL	12.432	2,62	0,94
Sub-total (2)	100.962	21,30	7,64
3. Consumo			
ICMS	104.324	22,00	7,89
Cofins	50.754	10,71	3,84
FGTS	22.421	4,73	1,70
CPMF	20.264	4,28	1,53
IPI	19.622	4,14	1,48
Outros	57.474	12,14	4,36
Sub-total (3)	274.869	58,00	20,80
4. Previdência			
Sub-total (4)	83.043	17,53	6,29
Total	473.844	100,00	35,86

Fonte: Ministério da Fazenda

mica Aplicada (Ipea) tinha uma proposta completa para o Imposto de Valor Agregado (IVA). Passados 20 anos, o governo federal retoma a antiga proposta do Ipea para poder enfrentar a arrecadação de 36%. O ICMS é o maior tributo do País seguido pelo Imposto de Renda, a Contribuição Previdenciária Social, entre outros.

Com o passar dos anos, a União Federal deixou o Imposto de Renda e passou a trabalhar outros tributos na linha das contribuições. Recriou a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido. Apareceu a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Programa de Integração Social (PIS), e assim por diante.

Houve um trabalho na linha de otimização dos seus tributos não-partilhados. Hoje há mais tributos das contribuições que tributos clássicos (IR e IPI).

Existem três bases tributárias conhecidas: propriedade, renda e consumo.

Os tributos sobre as propriedades possuem baixa capacidade de arrecadação. Se dobrar o IPVA e o IPTU, os dois maiores, o povo invadiria as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas, e, além disso, haveria pouco impacto na arrecadação. Esses tributos deveriam ser estaduais e municipais. O imposto sobre grandes fortunas é uma bobagem. Seria um tributo meramente regulatório, e errado, porque aplicado no estoque.

A imposto de renda é o grande tributo universal. Na Europa e nos Estados Unidos, existem grandes arrecadações de IR, enquanto no Brasil é baixo. A proposta do

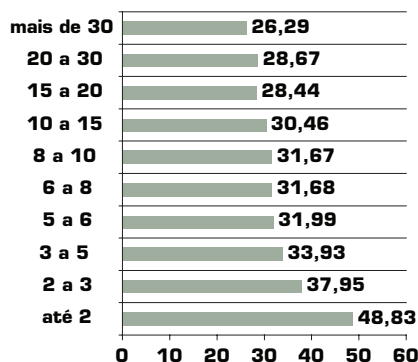
Tributação nos alimentos

Produto Final	Tributos/ Preço final [%]
A. Produtos in natura	
frutas	22,98
ovos	21,79
Média (A)	22,39
B. Despesas Pessoais	
1. Bebidas não-alcoólicas	
refrigerante	47,00
água mineral	45,11
refresco em pó	38,32
suco	37,84
2. Bebidas alcoólicas	
cachaça	83,07
cerveja [lata]	56,00
Média (B)	51,22
C. Semi-elaborados	
1. Carnes	
bovina	18,67
frango	17,91
peixe	18,02
2. Leite	
leite	19,24
3. Cereal	
arroz	18,00
feijão	18,00
Média (C)	18,31

Fonte: IBPT/FIPE/Abia

Produto Final	Tributos/ Preço final [%]
D. Industrializados	
1. Derivados de leite	
margarina	37,18
iogurte	24,00
2. Doces	
Chocolate	32,00
3. Café, chocolate e chá	
achocolatado	37,94
café	36,52
4. Biscoitos e salgados	
biscoito	38,50
5. Massa, Farinha e Fécula	
macarrão	29,48
farinha	37,16
6. Condimentos e sopas	
molho de tomate	35,66
sal	29,48
7. Óleos	
óleo	37,16
8. Adoçantes	
açúcar	40,50
9. Enlatados e conservas	
milho verde	37,37
ervilha	35,80
Média (D)	35,20

Brasil: tributos sobre a renda em 2004 (%)



Fonte: MF

governo é embutir a alíquota do MRPJ no ERPJ com a CSL. Sou adepto do modelo clássico de trabalhar, mais com o IR e menos com o Imposto Sobre Consumo.

O imposto sobre consumo é o problema do País. Há complexidade e multiplicidade de tributos. Se elevar mais o INSS patronal, vai a 68%. Tudo vai para o preço. Afeta a economia de mercado, leva à concorrência desleal, causa incentivos fiscais discriminatórios etc.

Existe um sistema tributário predatório: quem pode mais chora menos. Consegue vantagem com incentivo fiscal, postergação de pagamento e planejamen-

to fiscal e leva vantagem. Mas o problema da esperteza não é para um país como o Brasil, onde ou nós resolvemos o problema ou ficaremos enclacados.

Propor um IVA-Federal e um estadual é a mesma coisa. IVA é um ICM. O nome muda porque o princípio do ICMS e do IPI e o princípio IVA é o mesmo. O IVA nasceu na Europa: cada etapa debita e credita. Na Europa, é 14%, e aqui há alíquotas variadas, de 18% a 30%.

O sistema tributário brasileiro é regressivo. Tira dos que tem menos, alimenta a pobreza e concentra a riqueza. A progressividade no imposto de renda evita con-

centrar a renda nacional. As famílias com ganhos de dois salários mínimos pagam 48,83% de sua renda em tributos. Aquelas com 30 salários mínimos, pagam 26,29%.

A arrecadação da Previdência corresponde a 17,53% do total. Só o INSS significa 14,99%. Como é tributo patronal, vai para o preço também. Os outros têm características de Imposto de Renda. A soma das bases tributárias chega a 35,86% do PIB, baseadas em cima do consumo.

As cargas na cadeia dos alimentos são todas muito elevadas. Mundialmente, a carga sobre alimento é de 7% a 8%. No Brasil, é de 35%. O modelo de reforma proposto é melhor, mas não muda essa realidade. Organiza melhor o ICMS e os impostos federais, mas não resolve o problema da competitividade, de tirar a carga tributária sobre os alimentos.

Fui relator da Lei Kandir, que isentava as matérias-primas de recolhimento de ICMS nas exportações, mas ficaram os problemas do PIS/Cofins e da recuperação do crédito no óleo degomado e no farelo. O tempo passou e não houve solução. O resultado foi a transferência de plantas industriais do Brasil para a Argentina. No entanto, tiramos o PIS/Cofins dos insumos da agricultura. Uma vitória.

Quem não compreende o sistema tributário não compreende a economia. A economia depende da relação do Estado com a sociedade e as empresas. A imposição de tributo afeta o investimento. O Brasil pratica um erro elementar ao tributar investimento fixo, que não chega a 20% do PIB.

Entre o sistema atual e a proposta do governo, faço algumas distinções, com base nos princípios básicos para uma reforma tributária com justiça social:

Trabalhamos com seletividade, com base no imposto na Europa e nos Estados Unidos, na direção de:

- Fortalecer o município;
- Coibir a guerra fiscal;
- Exportar com agregação de valores;
- Acabar a cunha fiscal do empréstimo (30% de carga no empréstimo bancário).

A idéia geral é de que o Brasil não tenha nenhum tributo na empresa além do

Incidência tributária: comparação internacional (% , 1997)

País	Carga	IR		Contribuições		Imposto Bens/Serv	Outros Imp	Alíquotas Máximas	
	PIB	PF	PJ	Trabalho	Emprego				
Brasil	29,10	7,40	10,90	6,0	14,1	44,30	17,40	27,50	25,00
Brasil 2002	35,86	11,96	9,35		17,50	58,00	3,20	27,50	25,00
EUA	29,70	39,00	9,40	10,40	12,50	16,70	12,00	46,60	39,50
UE (média)	41,50	25,50	8,50	10,20	15,90	30,90	9,00	49,70	36,30
OCDE (média)	37,20	26,60	8,80	7,80	14,30	32,10	10,40	47,80	35,10
Austrália	29,80	42,00	14,60	0,00	0,00	27,50	15,90	47,00	36,00
Canadá	36,80	38,00	10,30	5,10	8,10	24,40	14,10	54,10	46,10

Fonte: SRF/IMF

IR. Da arrecadação, 48,4% vêm do IR nos EUA, 34% na União Européia e 21,31% no Brasil. Aqui se paga muito mais imposto de consumo.

As simulações das arrecadações estaduais mostram para 2007:

- ICMS: R\$ 187.617 bilhões;
- ISS: R\$ 18.808 bilhões.

Em 2002, apenas três itens correspondiam a 67,66% da arrecadação de ICMS:

- Energia: R\$ 22.538 bilhões;
- Combustíveis: R\$ 33.566 bilhões
- Comunicações: R\$ 23.936 bilhões;
- Bebidas, cigarros, veículos e autopeças, eletrônicos: R\$ 46.904 bilhões.

Com 19% de aumento na energia, combustível e comunicação ficariam zerados os 400 mil itens do ICMS. No ISS, isso ocorreria com 6%. Haveria uma carga elevada na energia, combustível e comunicação. Logo, teria de haver neutralização na indústria para não tirar a sua competitividade e não transferir para o

comércio e as famílias. Seria uma reengenharia financeira fiscal tributária.

Se elevar a participação da arrecadação do IR no PIB de 21% para 31%, R\$ 100 bilhões do imposto de consumo seriam transferidos para renda. Acabaria a Cofins.

O trabalho é dirigido em três lances:

- Reforma tributária – com o IVA ou sem IVA. Não importa o IVA;
- Transformação do ICMS em imposto seletivo;
- Aumentar o IR e zerar uma infinidade de tributações (Cofins, IOF etc.).

Do ponto de vista tributário, o sistema americano é socialista e o brasileiro é capitalista, selvagem e predador. Destroí tanto o emprego quanto a empresa e tira metade da renda do assalariado. O Paraná, que tem uma carga elevada na energia e comunicação, com 10% de aumento na tributação de energia, combustível e comunicação faria a compensação. Minas Gerais é parecido. São Paulo seria 24%.

Pontos-chave na tributação de alimentos

- A prática internacional para tributação dos alimentos, em mais 80% dos casos [alimentos *in natura* e industrializados], é de 7 a 8% no preço final ao consumidor;
- No Brasil, o consumidor é tributado quatro a cinco vezes mais que o mundo industrializado tributa o seu consumidor, com renda *per capita* quatro a cinco vezes acima da renda do brasileiro;
- Se baixar a alíquota de 75% dos alimentos para o padrão internacional, o Brasil criará cerca de 780 mil empregos diretos na agricultura e 83 mil na indústria;
- Se considerados os empregos indiretos (motoristas, mecânicos, serviços industriais e comerciais etc), poder-se-á atingir 1 milhão de empregos na cadeia produtiva;
- As indústrias vinculadas aos materiais de embalagens para alimentos e bebidas seriam incentivadas e aumentariam a produção e o emprego.

Princípios básicos para a Reforma Tributária

1. Crescimento econômico e neutralidade na competitividade empresarial;
2. Criação de empregos;
3. Justiça social com eliminação de pobreza;
4. Justiça fiscal;
5. Garantia de partilha dos estados e municípios;
6. Desenvolvimento sustentado;
7. Distribuição de renda e riqueza;
8. Capacidade contributiva;
9. Distinção entre iguais e desiguais;
10. Seletividade de acordo com a essencialidade;
11. Direta, de caráter pessoal e seletiva;
12. Equilíbrio entre o fator trabalho e capital;
13. Fim da guerra fiscal;
14. Desoneração das exportações e dos bens de ativos fixos;
15. Diminuição dos contenciosos fiscal, administrativo e judicial;
16. Desburocratização e simplificação radical.

Brasil: sistema tributário para crescer 10% ao ano e distribuir renda

1. Diminuir a regressividade com IR progressivo;
2. Comida e remédio com tributação zero;
3. Industrializar o Brasil:
 - Isentar exportação e bens de ativo fixo
4. Diminuir o custo de contratação
5. Seletividade para racionalizar e simplificar;
6. Fortalecer os municípios:
 - Arrecadação do IPTU, IPVA, ITR, ITBI e ITCMB
7. Fim imediato da guerra fiscal entre os estados;
8. Exportar agregando valores;
9. Fim da cunha fiscal nos empréstimos bancários:
 - Acabar com o IOF e outros tributos
10. Super Simples para as micros, pequenas, médias e grandes empresas de indústrias, comércio e serviços:
 - Só pagam imposto de renda sobre o lucro das empresas;
 - IMF cobriria o INSS pessoal;
 - Imposto seletivo estadual substituiria o ICMS e o ISS;
 - Imposto seletivo federal e o IR substituiria o IPI, IOF, a Cofins e CSLL

O governo propõe um IVA-Federal e um estadual, com a manutenção de IPI e ISS. O novo IVA, sucessor do ICM, vai para o destino. Pense como seria uma Câmara de Compensação sobre 400 mil itens da economia. Como fazer com cada um. Haverá uma série de intervenções.

O sistema misto proposto passa por uma composição de um imposto seletivo, de uma movimentação financeira e de

IR. Tem o modelo americano e europeu e um não-modelo brasileiro e chinês. Se o Brasil fizer um modelo mais enxuto, ficaríamos em vantagem mesmo com a nossa complexidade, que a China não tem nenhuma. Lá, há uma economia de mercado sob o comando de um Estado autoritário.

* Deputado federal pelo Paraná.

Reforma Tributária

Dr. Plínio José Marafon

NA VERDADE, existem mais dúvidas que soluções sobre a reforma tributária. Trata-se de questão ainda especulativa. Cada dia algum legislador coloca sua colher e defende as suas origens, do ponto de vista econômico, na reforma. Fica uma colcha de retalhos complicada, mesmo com um prazo bastante extenso para adaptação.

Em linhas gerais, a reforma propõe:

- Substituição de PIS, Cofins e Cide pelo IVA-Federal (vigência a partir do segundo ano subsequente – Artigo 12, Inciso 1º);
- Substituição do ICMS pelo IVA-Estadual (vigência a partir do oitavo ano após a promulgação da PEC);
- Extinção, dois anos após a promulgação da PEC, das seguintes contribuições (Artigo 13, Inciso 1º, Alínea D da PEC)
- Salário educação (Artigo 8º da PEC);
- PIS/Cofins;
- PIS/COFINS – importação
- Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

A incorporação da CSLL no IRPJ, com alíquotas seletivas em função da atividade (Art. 153, § 2º, Inciso 3º) é uma novidade no sistema tributário tradicional. A aplicação é uma alteração muito positiva. Eu acho realmente que o IR também deve ser seletivo.

Há também a extinção gradativa da contribuição sobre a folha, de salários (do segundo ao sétimo ano após a promulgação da PEC – Art. 11).

A respeito do IVA-Federal:

- Incide sobre operações com bens e serviços, ainda que se iniciem no exterior (Art. 153);
- Fusão de tributos extintos, não incorporação do IPI (tem mais de mil classificações fiscais e deveria ser

substituído por imposto de consumo sobre alguns produtos);

- Não cumulativo. Sistema de crédito e débito, nos termos da lei. Sugere que uma lei complementar definirá a não-cumulatividade. (Art. 153, § 6º, I). Fica na posição atual de creditar os insumos físicos que entram no produto e prejudicam os prestadores de serviços, cujo grande custo é a mão-de-obra, e não a matéria-prima;
- Vedação de créditos das operações sujeitas a alíquota zero, isenção, não-incidência e imunidades, salvo disposição em lei. (Art. 153, § 6º, II). Fica a abertura de o governo estimular uma atividade com um crédito presumido;
- Imunidade nas exportações, com garantia de aproveitamento dos créditos das etapas anteriores. (Art. 153, § 6º, IV). Está na Constituição, mas na prática não existe.
- O IVA-F integra sua própria base de cálculo (por dentro). Aumento da alíquota nacional do imposto. (Art. 153, § 6º, V). Fica igual ao ICMS.

A Constituição não passa perto da questão do crédito presumido na compra de matérias-primas agroindustriais. Isso ficará para a política propriamente legislativa.

A exposição de motivos da PEC propõe:

- Não-cumulatividade plena do IVA-F;
- Constituição de crédito integral e imediato para o ativo imobilizado;
- Concessão de créditos para uso e consumo - também uma novidade.
- O IVA vai incidir sobre o faturamento e o resultado de todo o ciclo produtivo total, ainda que exportado, em substituição à folha de salários;

No IVA-f, a união da CSLL com IR veio por causa de 27 legislações estaduais com interpretações diferentes dos mesmos fatos. Uns concedem e outros não concedem créditos. Há a famosa guerra fiscal com créditos presumidos de até 80%. Isso gera uma tremenda confusão e insegurança tributária.

Então, para consertar, se propõe uma legislação nacional, em que a União assume o compromisso de fazer uma lei complementar sobre a incidência e isenção de

I. Agroindústria: cenário atual



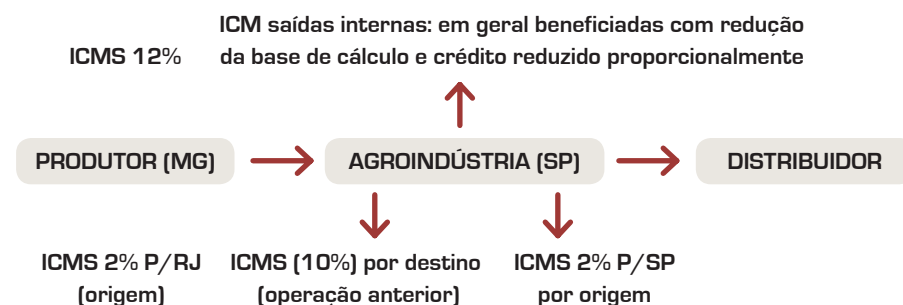
- PIS/Cofins: alíquota zero para o produtor, Art. 1º das Leis números 10.637/02 e 10.637/03;
- Crédito presumido de PIS/Cofins, Art. 8º da Lei nº 10.925/04;
- PIS/Cofins: alíquota 9,25% na agroindústria.

II. Agroindústria: cenário futuro segundo exposição de motivos da PEC

- Não cumulatividade plena do IVA-F;
- Constituição de crédito integral e imediato para o ativo imobilizado;
- Concessão de créditos sobre uso e consumo;
- IVA-F incidirá sobre o faturamento e o resultado de todo o ciclo produtivo rural, ainda que exportado, em substituição à folha de salários.

I. Agroindústria: cenário atual

- Não há previsão para manutenção dos benefícios previstos pela legislação paulista nas operações internas com insumos agropecuários, beneficiados com deferimento [cana, soja etc.] e redução da base de cálculo [cacau, laticínios etc.];
- Provável revisão ou revogação de benefícios.



II. Agroindústria: cenário futuro segundo exposição de motivos da PEC

- Caso sejam mantidas as alíquotas de 12% e 7% nas operações interestaduais, o efeito do IVA-E para as PJs continuará nulo no preço dos produtos, por ser tributo recuperável;
- O crédito dos 12% [2% origem + 10% destino] contra o débito de 2% acarretará crédito acumulado, cujo aproveitamento ainda não foi definido;
- Tendência de aproximação das empresas do mercado consumidor para aproveitamento integral dos créditos pelas alíquotas internas;
- Incentivos estaduais perderão força na medida em que os créditos de origem serão fixados em 2% e os de destino serão reduzidos a até 2% - carga tributária idêntica na origem e no destino concederá aos estados poucos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros.

ICMS. Haverá convênios entre os estados. É um passo que pode ser obtido por meio de negociação.

Para o IVA-Estadual:

- O fato gerador é idêntico ao do atual ICMS: circulação de mercadorias e

prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que do exterior (Art. 155-A, *caput*);

- Legislação nacional (lei complementar e convênios) – **veda legislação estadual**,
- **Não-cumulatividade**– regulamentada por lei complementar;
- Consequências: uniformização e menor flexibilidade da legislação;
- Entrada não tributada, alíquota zero, isenção, não-incidência, imunidade. Continua vedado o aproveitamento de créditos, salvo determinação em lei. (Art. 155-A, § 1º, II). Há problemas como o caso da Zona Franca: alguns produtos vão e vêm com isenção. Haverá exceções em que será possível creditar, porque o IVA-E será seletivo e poderá ter alíquota zero;
- Garante o aproveitamento de créditos nas exportações. (Art. 155-A, § 1º, IV, “A”). Os mecanismos de aproveitamento de crédito são indefinidos;
- Saída não tributada (0%, não-incidência, imunidade e isenção), deixa de prever o estorno de créditos relativos às operações anteriores (entradas). Situação parecida com a do IPI;
- O IVA-Estadual integra sua própria base;
- Não incorpora o IPI e o ISS.

Normas da transição:

Quando um estado vende para outro estado, recolhe 12% ou 7% se está nas Regiões Norte e Nordeste ou 12% no resto do País. O estado de destino cobra 17% ou 18% e fica com a diferença da alíquota, mais o valor agregado.

- Proposta de uma redução gradual de alíquotas interestaduais até 2%, com fim do prazo em 2015;
- Punição a estados que instituíam benefícios em desacordo com o Confaz (não- repasse de verbas do Fundo);
- Benefícios atualmente vigentes: os créditos presumidos irão perdendo substância, na medida em que a alíquota interestadual for se reduzindo, até 2%;
- Punição aos estados que instituírem benefícios sem autorização do Con-

faz: multas, retenção de recursos e seqüestro de receitas - inclusive responsabilidade pessoal do agente;

- Alíquota padrão aplicada a todas as hipóteses e alíquota específica a determinada mercadoria ou serviço. O IVA-Estadual é seletivo, como é o ICMS;
- Princípio do destino: só 2% para a origem. Por exemplo, se as alíquotas interestaduais forem de 12%: 10% para o destino e 2% para a origem;
- Daí o porquê da chamada Câmara de Compensação entre os estados, que funcionaria para o mercado interno e deixaria de fora as exportações;
- Padrão – Lei complementar (155-A, § 2º, I);
- Demais: o Senado Federal determinaria as mercadorias e serviços fora da alíquota padrão, mediante aprovação de proposta do Confaz e dos governos estaduais (155-A, § 2º, II, “A” E “B”);
- Exceção: lei complementar definirá mercadorias e serviços que poderão ter suas alíquotas reduzidas ou aumentadas pelos estados, bem como os limites.

Conclusões:

1 - A PEC não é incisiva quanto à redução da carga fiscal

- Não é possível afirmar se a carga vai diminuir – “limites e mecanismos de ajustes da carga”. Por LC – Art. 9º (IR, IVA-E e IVA-F).
- Tributos incidem sobre eles mesmos – aumento da alíquota efetiva vs. alíquota nominal.

2 - A simplificação é relativa

- Unificação insuficiente - IVAs não incluem o IPI e o ISS.

3 - As medidas quanto à guerra fiscal são paliativas

- Desnecessidade de vedação aos incentivos regionais com tributação concentrada no destino.
- Estados poderão instituir incentivos financeiros.

* Mestre de Direito Tributário da Universidade de São Paulo, vice-presidente da Associação Brasileira de Consultores Tributários – ABCT, sócio da Braga & Marafon Consultores e Advogados.

Impactos no agronegócio

Adelmor Gehler*

A RECENTE proposta de reforma tributária do governo parece ganhar mais corpo em relação às anteriores. Talvez pelo momento econômico e a simpatia do governo. As considerações aqui manifestadas terão um caráter menos técnico do ponto de vista tributário. A importância do agronegócio para o Brasil é, absolutamente, fundamental. Não é necessário entrar em detalhes do tamanho de suas cadeias produtivas e as atividades nelas envolvidas.

Para cada R\$ 10 milhões em receitas geradas pela agropecuária são criados cerca de 823 empregos. De outro lado, o agronegócio sustenta o superávit da balança comercial.

A reforma tributária é uma oportunidade para corrigir distorções existentes no atual sistema tributário, de modo a proporcionar:

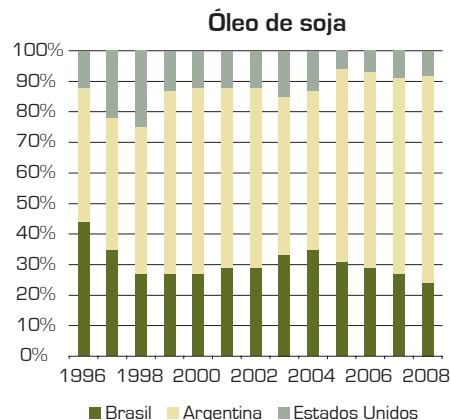
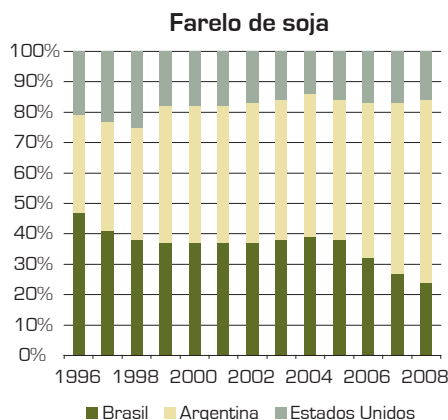
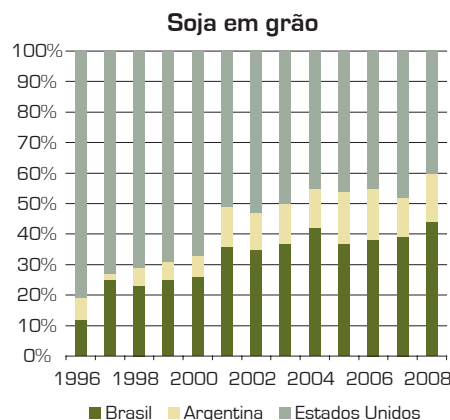
- Simplicidade
- Racionalização
- Neutralidade

Um produtor, quando vende para um comerciante algodão em pluma, não tem crédito. O comerciante, ao vender para uma indústria têxtil, recolhe 9,25% de PIS e Cofins. Para driblar essa situação, as operações transitam via cooperativa. É uma anomalia do sistema. Nas operações de café, o fato se repete. O sistema complica ao invés de simplificar.

Na cana-de-açúcar existe a figura da suspensão do PIS e Cofins, quando o produtor, pessoa jurídica, vende para o usineiro na proporção da sua produção de açúcar. No álcool, há recolhimento. O contador do produtor precisa ligar para o contador do usineiro e saber qual foi a produção mensal de álcool e açúcar. Com a aprovação do projeto de conversão da MP 413, essa situação fica resolvida.

Quando o usineiro compra a cana de um terceiro, toma um crédito presumido, no

Participação das exportações (%)



Fonte: USDA

PIS e Cofins. Quando utiliza a cana de produção própria, não toma crédito presumido. Ou seja, quem usa mais insumo adquirido de terceiro leva vantagem sobre aquele que utiliza o insumo de produção própria.

No ICMS existe situação semelhante em quase 27 estados, com a figura da guerra fiscal. A reforma pretende resultar em um sistema integrado, sem esses problemas.

A proposta do setor é no sentido da desoneração, não só na ponta final como também nas etapas antecedentes do processo. A não-desoneração das etapas antecedentes gera acúmulos de créditos, com imobilização de capital de giro e perda na transferência de créditos para terceiros. Os investimentos não devem ser onerados.

Na questão dos biocombustíveis, há uma preocupação, porque a tributação do biodiesel está no mesmo nível da do óleo de origem fóssil. Recentemente, para evitar aumento da gasolina no posto de abastecimento, o governo federal reduziu a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide). Isso estreitou a diferença entre a tributação do etanol e a da gasolina.

A extinção da Cide em princípio pode ser positiva, mas causa preocupação, porque é um instrumento de regulação no mercado. Se extinta, o biocombustível perde a vantagem ante os combustíveis de origem fóssil.

Evidentemente, a proposta é manter uma tributação seletiva, para estimular a produção de biocombustíveis e a bioeletricidade. Na exportação, a indústria que compra matérias-primas para produzir

Tributação no agronegócio: problemas e propostas

1. Alimentos

1.1. Problemas:

- Alimentos de primeira necessidade são tributados;
- A produção onerada nas etapas anteriores gera acúmulo estrutural de crédito, devido ao desbalanceamento ao longo da cadeia produtiva;
- Imobilização de capital de giro sem remuneração;
- Perda pelo deságio na transferência de créditos.

1.2. Propostas:

- Desoneração tributária dos alimentos;
- Desoneração proporcional em todos os elos da cadeia de produção e comercialização do agronegócio, de forma a evitar acúmulo de crédito.

2. Biocombustíveis e bioeletricidade

2.1. Problemas:

- A tributação do biodiesel chega a ser igual a do óleo diesel mineral;
- Redução da diferença da carga tributária entre o etanol e a gasolina (Decreto nº 6.446, de 02/5/2008).
- Risco de extinção da Cide. Como ficam os biocombustíveis?

2.2. Propostas:

- Tributação seletiva na produção de biocombustíveis e bioeletricidade.

3. Exportação

3.1. Problemas

- Falta de isonomia entre a tributação do ICMS e da Contribuição Social Rural nas operações com matérias-primas destinadas à exportação (desoneradas), e nas operações com matérias-primas destinadas à industrialização no País (oneradas). Isso desestimula a agregação de valor e exporta empregos.
- Falta de flexibilidade e eficiência operacional da indústria (logística e capacidade de produção);
- Imobilização de capital de giro sem remuneração;
- Perda pelo deságio na transferência de créditos.

3.2. Propostas

- Desoneração total das operações com matérias-primas utilizadas na produção para exportação;
- Criação de mecanismos que possibilitem rapidez no ressarcimento dos créditos fiscais acumulados.

Brasil: geração de emprego no agronegócio pelo aumento de R\$ 10 milhões na produção

Sector	Diretos	Indiretos	Efeito-Renda	Total
Serviço à Família	665	104	311	1.080
Artigos de Vestuário	613	136	250	1.000
Agropecuária	393	131	303	828
Comércio	449	84	278	810
Madeira, Celulose e Papel	293	219	294	805
Indústria do Café	41	356	323	719
Fabricação de Calçado	246	174	290	711
Fabricação de Açúcar	32	307	337	677
Abate de Animais	36	358	270	664
Serviços à Empresa	293	63	288	645

Fonte: Modelo de Geração de Empregos – BNDES

sofre com a tributação e a concorrência externa. Com isso, além de exportar emprego, perde oportunidades para agregar valor no próprio país, exportando.

A imobilização de capital de giro pelo acúmulo de créditos, e as perdas nas transferências dos créditos, são problemas muito sérios na área de alimentos devido ao sistema tributário nacional.

Existem pontos importantes para serem discutidos nas empresas e entidades do agronegócio. Com a fusão de quatro tributos, a alíquota que será estabelecida:

- Sai de 9,25% de PIS/Cofins, mais 2,5% sobre a folha de salário educação mais Cide de R\$ 180 reais/metro cúbico de gasolina e
- Vai para 12%, 13%, quem sabe 15% e
- Deixa de acumular 12% de crédito de ICMS e acumula 15% de crédito IVA-F.

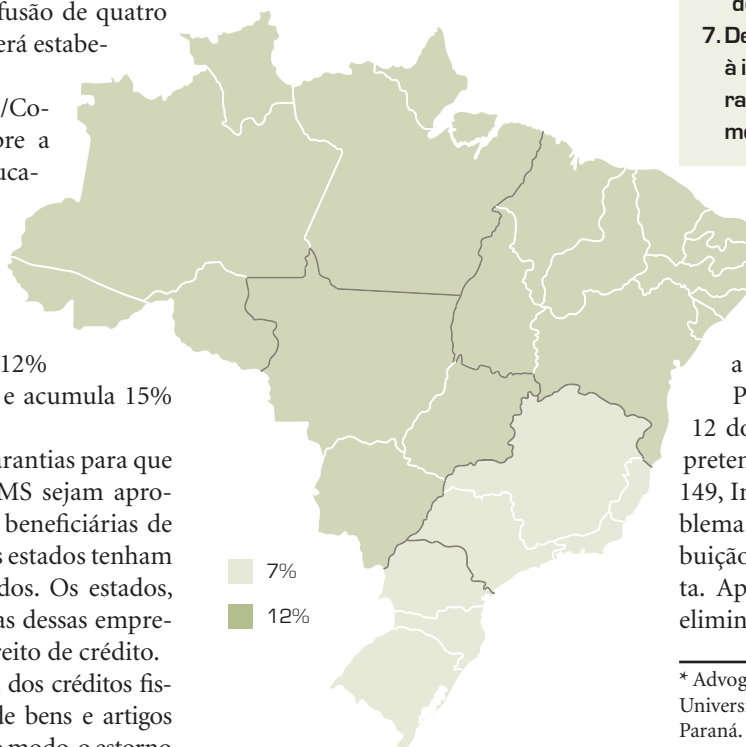
É preciso estabelecer garantias para que os atuais créditos de ICMS sejam aproveitados e que empresas beneficiárias de incentivos fiscais nos seus estados tenham seus incentivos preservados. Os estados, ao receberem mercadorias dessas empresas, devem respeitar o direito de crédito.

A apropriação imediata dos créditos fiscais sobre as aquisições de bens e artigos exige controles. Do mesmo modo, o estorno

de créditos das entradas de bens de ativo na proporção das vendas feitas para o mercado interno com isenção de imposto. Cabe aqui a questão da simplificação, racionalização e a desoneração dos investimentos.

No sistema de PIS e Cofins existe a figura do cerealista, que beneficia e comercializa a produção. Um comerciante

ICMS – Situação atual



Outros pontos relevantes

1. Calibragem das alíquotas do IVA-F e novo ICMS;
2. Forma de aproveitamento dos estoques de crédito de ICMS quando da transição para o novo tributo;
3. Manutenção dos benefícios fiscais concedidos pelos estados, com garantia das condições pactuadas e do direito de crédito nos estados destinatários;
4. Apropriação imediata do crédito fiscal relativo a aquisições de mercadorias destinadas ao ativo permanente;
5. Eliminação da obrigatoriedade de estorno do crédito decorrente da compra de bens de capital, na proporção das vendas internas com isenção do imposto;
6. Tributação isonômica nas operações entre produtores, cooperativas, comerciantes e indústrias.
Exemplos de operações:
(i) realizadas por comerciantes sem estrutura própria de secagem, limpeza, beneficiamento e padronização;
(ii) negociadas em bolsa de mercadorias e de futuros.
7. Definição das agroindústrias sujeitas à incidência da Contribuição Social Rural calculada sobre a receita, o faturamento ou o resultado do negócio.

sem um armazém não poderia se beneficiar da suspensão da incidência do PIS e Cofins para a indústria que produz alimentos humano ou animal. Isso dificulta a operação do sistema.

Para as agroindústrias o Parágrafo 12 do Art. nº 195, pelo qual o governo pretende eliminar a imunidade do Art. nº 149, Inciso II da Constituição, é um problema. Quando se exporta não há contribuição previdenciária rural sobre a receita. Aparentemente, o governo pretende eliminar essa alternativa.

* Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, estado do Paraná. Exerce a função de gerente-geral tributário do Grupo Louis Dreyfus Commodities desde 1992.

Projeto Ripa

Demandas e ofertas tecnológicas

Roberta Salgado Gonçalves da Silva*

QUALIFICAÇÃO DE mão-de-obra rural, gestão de produção leiteira e gestão ambiental são algumas das áreas contempladas durante a reunião da Ripa Sul, de 27 a 29 de maio, em Chapecó (SC), em que se consolidaram as demandas e ofertas de pesquisa e tecnologia para a cadeia produtiva do leite. Estiveram presentes 29 profissionais, 15 entidades ofertantes de pesquisa ou de transmissão de tecnologia e cinco entidades demandantes (usuárias) de tecnologia.

“A Ripa deu a oportunidade de se planejar algo para o futuro para melhorar a qualidade do produto e a oferta ao consumidor pela primeira vez”, observa o coordenador da Ripa em Santa Catarina, o engenheiro agrônomo Carlos Pieta Filho.

As pesquisas, treinamentos e difusão de tecnologias serão realizados nas seguintes áreas: qualificação de produtores e de mão-de-obra rural; gestão da produção leiteira; nutrição animal e forragicultura (pastagem no campo e alimento ao gado); genética e manejo reprodutivo de rebanhos; manejo sanitário de rebanhos; qualidade do leite; equipamentos e instalações; assistência técnica em produção leiteira; organização setorial e associativismo/cooperativismo; coleta, transporte e distribuição do leite; processamento e industrialização do leite; equipamentos e instalações industriais; mercado e comercialização; gestão ambiental.

Leite de ovinos

O estado de Santa Catarina possui 95 mil quilômetros quadrados, mais de 95 mil produtores de leite, sendo que 98% produzem leite de vaca e há 23 laticínios segundo dados do Instituto de Planejamento em



Carlos Pieta Filho é coordenador da Ripa em Santa Catarina

Economia Agrícola de Santa Catarina (Icempa) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2005.

Cerca de 71% da produção estadual se concentram no oeste, onde a produção de leite de ovelhas está crescendo. Santa Catarina já possui um núcleo de produtores de leite de ovinos e sabe-se que uma grande empresa de laticínios produz o leite para a confecção de queijos finos como o roquefort e o pecorino.

Dos produtores, 82% são familiares com áreas inferiores a 50 hectares. Apenas 67% da produção são inspecionados pelos órgãos oficiais. Ao todo, há 5.160 produtores de ovinos, 98% para a produção de carne e lã. “Há uma nova perspectiva para a produção de leite e queijos diferenciados”, explica o coordenador.

Pieta Filho afirma que a Ripa realiza um trabalho inédito com aqueles que participam da cadeia produtiva do leite e que desejam introduzir a pesquisa sobre o de ovelhas. “Nós temos, hoje, em torno de 200 produtores de leite de ovinos e queremos chegar a mil em três anos”, explica.

A produção de leite e fumo concentra o maior número de produtores rurais de Santa Catarina. A indústria leiteira é a

que mais emprega pessoas e, nos últimos anos, cresceu 12% ao ano.

Parcerias

A pesquisa de leite de ovinos será financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina (Fapesc), com R\$550 mil durante três anos. “Espera-se que sejam elaborados projetos que demandariam R\$ 30 milhões para os próximos cinco anos”, analisa.

O diretor do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), van Tadeu Baldissera, acredita que a reunião foi fundamental para diagnosticar o quadro de ofertas e demandas regionais. “Foi rápido e conseguimos colocar as pessoas juntas para aperfeiçoar o trabalho. Em três reuniões conseguimos o quadro de demandas e ofertas para o leite. Para a região foi importante”, comemora.

Na sua visão, as informações irão facilitar que as instituições de pesquisa proponham projetos diante das mudanças futuras. “A Ripa faz o papel de facilitadora e poderá nos auxiliar na captação de recursos para conseguirmos financiamento de projetos”, afirma.

De acordo com Baldissera, os produtores sempre recebem bem esse tipo de atividade, pois são receptivos a novas tecnologias e bem preparados. Entretanto, o que não ocorre com frequência, segundo ele, é a longevidade dos projetos. O oeste possui 100 mil propriedades rurais, sendo mais de 90 % com menos de 50 hectares.

Entre as instituições que participaram da reunião estão a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre outras, além de campi das universidades e seções da Epagri em oito cidades do estado. ■

* Comunicação Ripa – rosalgadonews@gmail.com

Legislação

A necessária reforma tributária

Ana Malvestio*

O AGRONEGÓCIO brasileiro vive momento de definições de suas estratégias para investimentos e expansão nos próximos anos. As perspectivas são excelentes a médio e longo prazos ante a crescente demanda por alimentos no mundo.

A carga tributária é uma prioridade cada vez maior na agenda da alta administração das empresas, na medida que ocasiona fortes impactos nos custos e projetos de investimentos e expansão dos negócios.

Além dos aumentos significativos e generalizados dos custos dos insumos agropecuários, o setor convive com um sistema tributário ultrapassado e oneroso, com uma carga equivalente a 36,08% do PIB brasileiro em 2007.

O recente alvo de preocupações do agronegócio é o Convênio ICMS 100/97. Por meio dele, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) concedeu benefícios para redução da base de cálculo de ICMS sobre os insumos agropecuários. Contudo, a vigência do convênio terminou em 30 de abril de 2008 e, como não houve consenso para prorrogá-la até 31 de dezembro deste ano, a alternativa foi prorrogar apenas até 31 de julho.

A não-prorrogação do mencionado convênio após 31 de julho representará um aumento de custos, com impactos desastrosos para a safra 2008/09, pois o ICMS incide sobre os insumos agropecuários, como fertilizantes, rações animais, sementes e mudas.

A situação é preocupante diante do veto de Mato Grosso à prorrogação do convênio. Essa decisão foi uma retaliação, conforme informações de seu secretário da Fazenda, para garantir os coeficientes de repasse da Lei Kandir, que desonerou o ICMS das

exportações, a partir de 1997. Isso gerou perdas. O estado exportador deveria ser ressarcido financeiramente de acordo com a sua participação nas exportações.

Uma reforma tributária ampla e efetiva é prioritária para o País. O governo apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/08. Não se trata de uma reforma ambiciosa, mas representa uma substancial evolução no atual sistema.

A proposta de unificação do ICMS visa a acabar com a guerra fiscal entre os esta-

dos. A cobrança do imposto passa a ser no destino das mercadorias, ficando o equivalente à incidência de 2% do imposto para o estado de origem. A sua normatização ocorrerá por meio de uma única lei complementar, e não mais 27 leis estaduais. Já a regulamentação unificada será por um órgão colegiado dos estados e Distrito Federal nos moldes do Confaz atual. A definição de alíquotas caberá ao Senado Federal e haverá gradativa redução do prazo de apropriação dos créditos de ICMS de mercadoria destinadas ao ativo permanente.

A proposta prevê ainda que as isenções ou quaisquer incentivos ou benefícios fiscais vinculados ao imposto deverão ser uniformes em todo o território. As exceções estariam relacionadas aos regimes especiais de micro e pequenas empresas e regimes aduaneiros especiais.

O novo ICMS somente vigorará a partir de 1º de janeiro do oitavo ano subsequente ao da promulgação da emenda constitucional. Será fixado um período de transição para a redução das atuais alíquotas interestaduais do ICMS, conforme o princípio do destino do novo ICMS. O relator da reforma, deputado Sandro Mabel (PR-GO), trabalha na proposta de uma transição de nove ou dez anos.

Entretanto, com previsão para ser votada em julho, teme-se que a reforma tributária venha a ser desvirtuada por interesses políticos. É o caso da proposta do governo para a volta da extinta CPMF com o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS), que teria alíquota de 0,1% sobre as movimentações financeiras. Trata-se de um contra-senso uma vez que não existem mais espaços para aumentos de carga tributária no Brasil.

A reforma tributária não vem acompanhada da necessária redução da carga. A esperança é que ela possa organizar o sistema arrecadatório de modo a dar segurança para os investimentos e as expansões. Isso permitirá em médio e longo prazos o contínuo crescimento e posicionamento do agronegócio brasileiro no cenário mundial. ■

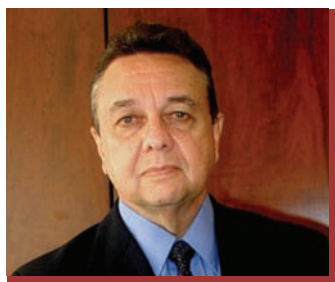
Outras propostas importantes

- **Consolidação do PIS, a Cofins, a Cide-Combustíveis e o salário-educação num único imposto denominado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F);**
- **Extinção da Contribuição Social sobre o Lucro – CSSL, mediante sua incorporação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, com cobrança de adicionais de IRPJ diferenciados por setor econômico, a exemplo do que hoje acontece com a CSLL;**
- **Desoneração de investimento na regulamentação do IVA-F, mediante concessão de crédito integral e imediato para a aquisição de bens do ativo permanente;**
- **Apropriação de créditos fiscais de bens e serviços que não são diretamente incorporados ao produto final (bens de uso e consumo);**
- **Desoneração da folha de pagamentos por reduções gradativas da contribuição patronal.**

* Sócia da PricewaterhouseCoopers e líder da consultoria tributária em Ribeirão Preto.

Diário de bordo

Mato Grosso e o trem da soja



Roberto Rodrigues*

MAIS UMA safra se aproxima e a produção de soja brasileira vive um cenário de incertezas sobre o plantio. No momento em que cresce a procura mundial por alimentos, o Brasil pode não atender a grande parcela da demanda porque os sojicultores de Mato Grosso, maior estado produtor do grão no País, enfrentam uma série de problemas.

O custo de produção para a safra deste ano talvez impeça o tão esperado crescimento da oferta de alimentos no estado. Se os preços dos fertilizantes continuarem aumentando, Mato Grosso não tem como produzir mais. As altas, somente nos últimos 12 meses, foram de mais de 150%. A situação é complicada para todos os agricultores, mas para os produtores mato-grossenses toma proporções muito maiores, uma vez que o estado utiliza mais fertilizantes por hectare que as outras principais regiões produtoras do Brasil. Se não bastasse isso, ainda pagam adicionais de US\$100 por tonelada para transportar o fertilizante, normalmente por caminhão, desde os portos até as regiões produtoras. Os produtores farão as contas e poderão diminuir a adubação, sacrificando a produtividade em benefício da renda.

Na outra ponta da equação, os preços recebidos pelos sojicultores são cada vez mais defasados em relação aos de outras regiões, devido à logística inadequada.

Com as seguidas altas do petróleo, a falta de investimento em novos modais de transporte e a baixa qualidade das estradas, os produtores do estado recebem alguns reais a menos por saca de soja que seus colegas do Sul do País.

Assim, não será nessa oportunidade magnífica que veremos uma recuperação de renda na sojicultura de Mato Grosso. Por isso, apesar de representar grandes avanços, a repactuação das dívidas agrícolas precisa ser mais abrangente. Todas as dívidas devem ser renegociadas, e não apenas o percentual de 30% das operações contratadas pelos bancos. Além disso, o FRA (Fundo de Recebíveis do Agronegócio) precisa ser definitivamente implementado. Porque também os recursos para o crédito de custeio ainda são uma incógnita.

O mundo cobra do Brasil a produção sustentável. Os produtores estão fazendo a sua parte, colocando em campo tecnologias que aumentam a produtividade em detrimento da abertura de novas áreas. Mas, para continuar na atividade, os produtores terão que colocar os pés nos freios. O estado de Mato Grosso tem milhões de hectares de pastagem que poderiam ser utilizados para produzir mais soja, porém o sojicultor está descapitalizado para investir nessas áreas.

Se o custo de produção continuar proibitivo, o aumento da oferta de soja para transformar a proteína vegetal em proteína animal corre sério risco de não atender à demanda com a mesma velocidade com que crescem a renda *per capita* e o número de habitantes dos países em desenvolvimento. E podemos perder o trem da rara oportunidade. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Agronegócio e a cidadania



Cesário Ramalho da Silva*

A AGENDA de desenvolvimento do Agronegócio impõe cada vez mais compromissos do setor com a sociedade. Essa premissa não deve ser mais ignorada. O agro indubitavelmente precisa expressar o seu respeito socioambiental e a sua responsabilidade econômica se quiser contar com o apoio dos consumidores, das autoridades, dos fornecedores de crédito, investidores, da comunidade internacional e de tantos outros públicos de interesse.

Sem essas parcerias, o setor vai estacionar e retroceder. Com alianças de interesse público, o caminho é o inverso, de prosperidade. O mundo de hoje não aceita mais pensamentos corporativistas e ações sectárias. Uma reivindicação, uma sugestão, uma proposta precisa avaliar o interesse da maior gama de pessoas e setores envolvidos.

Bancos, por exemplo, usam critérios ambientais para conceder ou negar crédito. Consumidores mais conscientes, com poder de influência sobre pessoas e empresas, avaliam se um ou outro produto valorizou atributos sociais em seu processo de fabricação. Dessa forma, o agronegócio precisa de líderes com visão holística. Profissionais que tenham a percepção de que tudo é interdependente, de fatores a pessoas, que impactam em qualquer negócio. Diagnosticar, planejar e agir com base “no todo” é agendar mais informa-

Opinião

Semear o trigo

ções, que certamente levarão a decisões mais corretas e com menos riscos.

Na esfera econômica, a recente renegociação das dívidas rurais é exemplo, de que avaliar de forma global contribui para a assertividade dos movimentos institucionais do setor. E que o contrário colabora para que o agro seja visto de forma pejorativa, como um nicho de mercado e não como a alavanca de toda a economia.

Ter visão holística é mostrar que as medidas de renegociação do endividamento rural beneficiam toda a sociedade, não apenas os produtores. A renegociação permite aos produtores permanecer na atividade e reorganizar contas, obtendo condições para aumentar a produção, garantindo o abastecimento, a preços equilibrados, de produtos agropecuários para o País e o exterior.

A renegociação mitiga o risco de quebra de parcela significativa dos produtores que, sem ela, ficariam sujeitos a engrossar fileiras de empresários falidos e seus funcionários a se tornar desempregados no campo e, como consequência, migrando para as grandes cidades.

O suporte à atividade rural tem o efeito multiplicador de dinamizar a cadeia produtiva da agropecuária, as economias das regiões produtoras, os negócios do setor industrial e de serviços, garantindo e gerando empregos, bem como contribuindo para o incremento da riqueza do País. A pergunta que fica é será que a sociedade sabe de tudo isso? Falta-nos esse tipo de diálogo com a massa urbana.

Em um mundo caótico, saturado, regido por uma avalanche de notícias, é importante ter um discurso único e um diálogo permanente. O agro não pode ter posições fragmentadas. O setor precisa entender que a imagem que fica para a sociedade é a soma de todas as suas imagens. ■



João Sampaio*

TÃO REMOTO quanto o seu cultivo no mundo, datado de seis mil anos, é também a ligação entre o preço do trigo, o pãozinho francês e a inflação. No Brasil, o produto é sempre um dos vilões da inflação seja qual for o período. Desta vez, não é diferente. Os preços do trigo no mercado internacional aumentaram 125% no último ano. Há somente uma razão, e simples, para o crescimento, que é a oferta menor que a demanda. A solução é produzir mais. Para tanto, políticas de fomento à produção estão sendo implementadas, e já surtem efeito.

No estado de São Paulo, foi iniciado um projeto que envolve toda a cadeia – produtores e sindicato de moinhos – e o governo entra como indutor, oferecendo sementes certificadas. Um acordo de cooperação foi firmado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do seu Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). O moinho adquire a semente certificada da secretaria, desenvolvida nas unidades de produção do estado, e repassa ao produtor com o compromisso de receber a quantidade em dobro na colheita, por um preço de referência.

Há inovação nessa experiência. A negociação direta aproxima produtores e moinhos, que tradicionalmente eram distantes. Outro fator é a participação de 25% nos custos de produção, pois o moinho

oferece a semente ao agricultor, que investe mais recursos em tecnologia de fertilizantes e defensivos, proporcionando produtividade maior e de qualidade.

Talvez até passe despercebida, mas um outro diferencial do programa do trigo paulista é a não interferência do governo no crédito ou na compra do produto. Se olharmos no retrovisor das políticas agrícolas do País, as intervenções do setor público ou são direcionadas à oferta de recursos a juros subsidiados ou à garantia de compra do produto por preços mínimos. Em alguns momentos de crise de liquidez dos produtores, ou para assegurar abastecimento da população, tais medidas são mais justificáveis, entretanto não deveria ser a regra nas ingerências feitas pelo governo.

O trigo é ainda mais emblemático. O Brasil consome 10,25 milhões de toneladas por ano, e devemos produzir em torno de 5,2 milhões, portanto somos importadores, e dos grandes. Mesmo com o aumento de produção de 35% ficamos aquém da nossa demanda, portanto os preços continuarão a atrair para o cultivo do cereal. O aumento de área é imprescindível. No estado de São Paulo, a região sudoeste é o reduto da produção de culturas de inverno, com destaque para trigo e triticale. A expectativa é quase dobrarmos a área, dos atuais 55 mil hectares para 80 mil hectares com o programa do trigo.

Tradicional importador de trigo, o Brasil sempre ficou à mercê do mercado internacional, seja os devaneios das políticas de *contenciones* argentinas, que param as exportações e retornam conforme a intensidade dos protestos de seus produtores, ou da imposição de preços dos canadenses. Mais que isso, o consumidor e o produtor brasileiros são também expostos às políticas agrícolas de cana ano safra. Para nos tornarmos auto-suficientes, as medidas têm de focar o aumento de produção, sem depender da disponibilidade de recursos, que são poucos para tantos. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo